



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

Relatório de Gestão 2009



REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA
1909-2009

Ministério
da Educação



PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luís Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Eliezer Moreira Pacheco

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA.**
Reitora: Consuelo Aparecida Sielski Santos

CONSELHO SUPERIOR:

Presidente:

Consuelo Aparecida Sielski Santos
Regina Rogério (Suplente)

CONSELHEIROS:

TITULARES

Representação

SUPLENTES

Antônio José Carradore

FIESC

Norberto Dias

Mauro César Finco

FCDL

Ademir Ruschel

Tarcisio Schmitt

FHORESC

Estanislau Emílio Bresolin

Ademir da Silva

FETRATUH

Anésio Schneider

Marcos Dorval Schmitz

CONLUTAS

Julio César Pacheco Augusto

Antônio Diomário de Queiroz

FAPESC

Miguel Pelandré Perez

Golberi de Salvador Ferreira

DOCENTE

Zízimo Moreira Filho

Ary Victorino da Silva Filho

DOCENTE

Vanessa Luiza Tuono Jardim

Neusa Maria Gentil Jorge

TAE

Rogério Pereira

Vanessa de Oliveira

TAE

Sidélia Suzan Marques

Paulo Roberto de Oliveira Bonifácio

DIRETOR DE CAMPI

Daniela de C. Carrelas.

Carlos Ernani da Veiga

DIRETOR DE CAMPI

Rosemary Maffezzolli dos Reis

Victor A. Santos

DISCENTE

Thayná Mariano Costa

Filipe Henrique

DISCENTE

Felipe Recco

Cláudia Schiedeck Soares de Souza

MEC

Alexandre Vidor

REITORIA DO IF-SC

Reitora
Consuelo Aparecida Sielski Santos

Diretora Executiva
Regina Rogério

Pró-Reitora de Administração
Rosangela Mauzer Casarotto

Pró-Reitora de Ensino
Nilva Schroeder

Pró-Reitor de Relações Externas
Marcelo Carlos da Silva

Pró-Reitora de e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.
Maria Clara Kaschny Schneider

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Jesué Graciliano da Silva

DIRETORES GERAIS DOS CAMPI ATUAIS

Diretor Geral do *Campus* Florianópolis
Carlos Ernani da Veiga

Diretora Geral do *Campus* Jaraguá do Sul
Rosemary Maffezzolli dos Reis

Diretor Geral do *Campus* Joinville
Paulo Roberto de Oliveira Bonifácio

Diretor Geral do *Campus* São José
Jorge Luiz Pereira

Diretor Geral do *Campus* Chapecó
Juarez Pontes

Diretora Geral do *Campus* Continente
Daniela de Carvalho Carrelas

Diretor Geral do *Campus* Araranguá
Andrei Zwetsch Cavalheiro

MISSÃO:

“DESENVOLVER E DIFUNDIR CONHECIMENTO CIENTÍFICO”
E TECNOLÓGICO, FORMANDO INDIVÍDUOS CAPACITADOS
PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E
DA PROFISSÃO”

VISÃO DE FUTURO:

“CONSOLIDAR-SE COMO CENTRO DE EXCELÊNCIA NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
ESTADO DE SANTA CATARINA”.

SUMÁRIO

Apresentação	6
1. Identificação	7
2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos	8
2.1. Responsabilidades institucionais – papel da unidade na execução das políticas públicas	8
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	10
2.3. Gestão de Programas e Ações	13
2.3.1. Programas	13
2.3.2. Principais Ações	15
2.3.2.1. Gestão das Ações	16
2.4. Gestão Orçamentária	24
2.5. Desempenho dos Programas e Ações	32
2.6. Desempenho Operacional	36
2.7. Evolução dos gastos	45
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	46
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	46
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício	46
6. Previdência complementar patrocinada	46
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	46
8. Renúncia Tributária	46
9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	46
10. Operações de fundos	47
11. Despesas com cartão de crédito	47
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	48
12.1. Recomendações da CGU	51
12.2 Plano de Providências	55
13. Determinações e recomendações do TCU	85
14. Atos admissão, desligamento, concessão aposentadoria e pensão praticados exercício.	89
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	89
16. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos:	90
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	91
18. Anexo: Composição do Conselho Superior	105

APRESENTAÇÃO

“Não corrigir nossas faltas é o mesmo que cometer novos erros”.
Confúcio

A apresentação deste Relatório de Gestão de 2009 parte da premissa que gerir uma Instituição Pública é mostrar a capacidade de fazer o que precisa ser feito, é conduzir a instituição para cumprir sua missão.

Isso posto, este documento quer apresentar as ações realizadas com a missão de preparar cidadãos para essa sociedade pró-moderna, com a responsabilidade de além de formar bons técnicos, tecnólogos e licenciados, adotar políticas de inclusão para os menos favorecidos socialmente que são, por excelência nosso público-alvo. Nessa atuação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF-SC) adotou políticas de ações afirmativas desde o Ingresso 2009/1 para cursos de licenciatura e desde o Ingresso 2009/2 para cursos superiores de tecnologia. Do total de vagas, 50% são reservadas para estudantes oriundos de escolas públicas e 10% para negros.

O ano de 2009 ganha total relevância quando, colocado na linha do tempo, cruza com os 100 anos de criação deste IF-SC. Nesse tempo, mudaram as nomenclaturas, no entanto não mudou o ensino de qualidade. Hoje vemos o resultado dessa transformação, que possibilitou o crescimento e a expansão da educação profissional em Santa Catarina para que muitos jovens e adultos tivessem mais oportunidades. Primamos pela excelência na educação e, por isso, com uma equipe comprometida, é que fomos avaliados pelo MEC como o melhor centro universitário do País pela segunda vez consecutiva.

Ainda no foco da missão deste IF-SC na sua expansão por toda Santa Catarina o ano de 2009 buscou consolidar a gestão orientada por processos e de visão sistêmica, ou seja, considerando IF-SC como um todo e não de forma isolada. Buscamos com isso, favorecer o aprendizado organizacional e a adoção de visão estratégica, prospectiva e sistêmica, tendo como foco o alcance das finalidades educativas de formação profissional, científica e tecnológica e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional.

Consuelo Aparecida Sielski Santos
Reitora do IF-SC

1. IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Poder Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 000455
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IF-SC.			
Denominação abreviada: Instituto Federal de Santa Catarina			
Código SIORG: 000455	Código LOA: 26219		Código SIAFI: 153025
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico			Código CNAE: 854
Telefones/Fax de contato:	(48) 3877-9000	(048) 3877-9001	(048) 3224-5014
Endereço eletrônico: reitoria@IF-SC.edu.br			
Página da Internet: http://www.IF-SC.edu.br			
CNPJ: 81.531.428/0001-62			
Endereço Postal: Av. Mauro Ramos, 755 – Edifício Humberto Lambert, CEP: 88.020-301 – Florianópolis/SC			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
O IF-SC foi criado mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - CEFET-SC, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Sua finalidade é dar formação e qualificação a profissionais de diversas áreas nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade. A organização e funcionamento são disciplinados pelo seu Estatuto, aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 28/CS/IF-SC de 31 de agosto de 2009 e seu Regimento Geral Interno aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 029/2009/CS/IF-SC de 05 de novembro de 2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Texto (identificação da norma e data de publicação) - Nada consta			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Texto (identificação da norma e data de publicação) - Nada consta			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
153025	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
15219	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

As informações constam do quadro de Metas do Orçamento e dos Indicadores de gestão

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - Papel da unidade na execução das políticas públicas

O papel do IF-SC na execução das políticas públicas está estabelecido pela correspondência às diretrizes firmadas pelo Ministério da Educação - MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, sendo que o desenvolvimento das suas ações encontra-se vinculado aos programas e ações governamentais.

Tem sede e foro na cidade de Florianópolis - SC, Av. Mauro Ramos, 755 - Centro - Florianópolis - Santa Catarina - CEP 88.020-301 - Fone: +55 (48) 3877-9000 - FAX: +55 (48) 3224-5014, página na internet www.ifsc.edu.br, inscrito no CNPJ sob no 81.531.428/0001-62, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A organização e o funcionamento estão disciplinados pelo seu Estatuto, aprovado pela Resolução nº 28/CS/IF-SC, de 31 e agosto de 2009. No Sistema de Administração Financeira – SIAFI, o Código da Instituição é 26219, a Unidade Gestora é 153025 e a Gestão é 15219.

O IF-SC tem procurado constantemente focar sua oferta de cursos em sintonia com a demanda profissional apresentada pelas empresas que compõem os setores mais fortes da economia catarinense, cumprindo com o seu papel social de disseminar a educação profissional e tecnológica na região da sua abrangência.

Vinculado ao Ministério da Educação, o Instituto Federal de Santa Catarina constitui-se em um sistema *multicampi*, estando presente nas cidades de Florianópolis (02 campi), São José, Jaraguá do Sul, Joinville, Chapecó e Araranguá e, a partir de 2010 também com os novos campi em Canoinhas, São Miguel Do Oeste, Lages, Palhoça, Criciúma, Gaspar, Itajaí; com os campi avançados de Urupema, Xanxerê, Caçador e Jaraguá do Sul e os Pólos Presenciais: Garopaba e Içara. Ao todo serão 14 campi, 4 campi avançados e 2 pólos de educação presencial.

O Programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional implementado pelo Governo Federal, com a previsão de implantação de 354 novas escolas até o final de 2010, vem permitindo a extensão do ensino profissionalizante em muitos municípios do estado catarinense, representando crescimento e desenvolvimento regional.

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei 11.892 que transformou o CEFET-SC em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Nesse novo cenário, criam-se mais oportunidades de formação. A principal inovação a partir da criação do Instituto Federal está no modelo pedagógico, que oferece aos cidadãos a opção de cursar desde o ensino médio até a formação profissional média ou superior, bem como formação inicial e continuada, FICs, na mesma instituição da rede pública federal.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.1- Contextualização da transformação do CEFET-SC em IF-SC

Com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 o CEFET-SC foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Conforme essa lei, o IF-SC tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

A estratégia de atuação do IF-SC em 2009 priorizou o processo de consolidação da transformação em Instituto Federal e a ampliação do número de campi no estado catarinense. Essa ampliação segue o Plano Nacional, que prevê a expansão da rede federal das antigas 140 unidades para 354 até o final de 2010. O IF-SC insere-se nesse contexto, recebendo mais 7 campi, 4 campi avançados e 2 pólos presenciais em 2010.

Considerando esse contexto, o IF-SC priorizou como um dos focos em 2009 o processo de consolidação da transformação em IF-SC, o que implicou na efetivação de diversas ações tais como: discussão participativa e aprovação do novo Estatuto, elaboração do novo Regimento Geral e do novo Plano de Desenvolvimento Institucional, providências para a alteração de CNPJ e reorganização das unidades gestoras. Além disso, foi prioridade também o processo de construção dos novos campi.

A expansão da Rede Federal alterou a rotina institucional e exigiu esforços e organização e agilidade na tomada de decisões, dada a realidade posta e a necessidade de gerenciamento, tanto do quadro de pessoal, como dos recursos financeiros e materiais, a fim de viabilizar a construção dos novos campi, com o início das obras e acompanhamento efetivo das mesmas durante todo o ano de 2009. Além das questões físicas e financeiras, várias outras ações foram desenvolvidas para a definição dos cursos a serem ofertados nos diversos campi, a elaboração dos projetos pedagógicos, a especificação dos equipamentos e mobiliários e a

conseqüente realização dos processos licitatórios, até a definição dos profissionais a serem contratados, entre outras atividades.

Além desse trabalho, durante o ano de 2009 houve aprovação do Plano de Inclusão do IF-SC, que regulamentou as quotas de acesso. A democratização do acesso foi acompanhada por diversas medidas que tiveram por objetivo garantir a permanência e êxito, tais como programas de assistência ao educando, capacitação dos docentes, acompanhamento aos alunos egressos/ evadidos entre outros. Com isso houve avanço nos indicadores relacionados à inclusão e ao processo de ensino aprendizagem, o que se reflete em um maior número de alunos e também na ampliação das oportunidades de acesso de negros, estudantes de escolas públicas e portadores de necessidades especiais, conforme poderá ser observado nos dados socioeconômicos.

As atividades de ensino, de pesquisa e extensão foram reorganizadas a partir das discussões para aprovação de uma Resolução integrada, definindo regras claras para as atividades de pesquisa e extensão articuladas de forma indissociável ao ensino.

No ensino também destacamos a ampliação da oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância, para diversas cidades do estado catarinense. No ano de 2009 foram diplomados 183 alunos das primeiras turmas do Programa Universidade Aberta do Brasil.

Na área da pesquisa foi implantado o Programa Minter, a partir de um convênio realizado com a Unicamp, onde 18 servidores do IF-SC estão realizando pós-graduação stricto sensu. Esta iniciativa irá contribuir significativamente para a melhoria da formação profissional dos servidores do IF-SC.

Além disso, com o objetivo de aumentar a cooperação do IF-SC com outras instituições internacionais de educação profissional, foram disponibilizadas bolsas por meio de editais públicos. O lançamento de editais para priorizar a aplicação de recursos para aplicação de artigos em congressos também foi uma ação efetiva no ano de 2009.

Os campi já implantados e em fase de implantação receberam recursos para atualização dos laboratórios. Novos servidores docentes e administrativos foram contratados também para esses campi. Com isso, de forma geral, o IF-SC obteve um incremento em

estrutura, no quadro de servidores e no número de vagas ofertadas. Essas conquistas somente foram possíveis porque houve financiamento do Governo Federal – MEC, conforme demonstrativo de recursos recebidos por descentralização.

O processo de melhoria continua do IF-SC implica na necessidade permanente de capacitação e integração dos servidores dos diversos campi. Nesse sentido o Plano de Qualificação Institucional, elaborado em 2008, vem sendo efetivado, sendo uma das ações de destaque no ano de 2009, a implantação do Programa de Desenvolvimento de Servidores, por meio de cursos ofertados pelo próprio IF-SC na modalidade à distância.

Os Diretores-Gerais e gestores dos diversos campi foram capacitados por meio de encontros para compartilhamento de experiências e discussão de soluções para problemas comuns. Com tudo isso, o IF-SC vem se constituindo em um ambiente em que não apenas seus estudantes aprendem, mas também em uma instituição que aprende.

Em virtude do volume de recursos a serem administrados e a necessidade de se adequar os processos licitatórios às legislações vigentes e recomendações expressas em relatórios dos órgãos de controle, foram implementadas diversas modificações. Instruções normativas internas foram expedidas para regulamentar e orientar as equipes de compras dos diversos campi, além do cumprimento das orientações expressas no Plano de Providências.

O Sistema de Registro de Preços foi aperfeiçoado durante o ano de 2009. Houve avanços no desenvolvimento de um sistema de padronização dos pedidos entre os diversos campi para a composição de um pedido único para licitação. Em 2010 prevê-se o desenvolvido um sistema específico para controle dos itens adquiridos no Registro de Preços, facilitando a organização e acompanhamento dos itens licitados. Com isso pretendemos melhorar a organização, o acompanhamento e a transparência dos processos licitatórios realizados no IF-SC.

Nesse contexto de transformação, a padronização dos processos pedagógicos e administrativos é fundamental para a garantia da uniformidade de procedimentos em todos os campi do IF-SC. Nesta perspectiva, foi constituído em 2009 o Comitê Gestor de Processos, com o objetivo de coordenar a elaboração dos Manuais de Gestão da Instituição. Com isso está ocorrendo a documentação dos conhecimentos tácitos existentes, fundamentais para a

implantação da cultura de compartilhamento e da gestão do conhecimento no IF-SC. Os manuais de gestão serão validados para o primeiro semestre de 2010 por meio de reuniões com todos as áreas envolvidas.

Além da padronização dos processos, o ano 2009 foi marcado pela consolidação e implantação de diversos sistemas informatizados, a maioria deles desenvolvidos diretamente pelos profissionais da área de tecnologia da informação e comunicação do IF-SC. Dentre eles destacamos o Sistema de Ingresso, o Sistema de Concursos Públicos, o Sistema de Avaliação de Desempenho, o Sistema de Gestão de Pessoas, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (desenvolvido pelo SERPRO). Com a implantação desses sistemas a instituição ganhou em agilidade e transparência. No ano de 2010 a informatização dos processos avançará com o desenvolvimento / aquisição de sistemas de compras, de protocolo entre outros.

As ações estratégicas citadas e o conjunto de todas as ações desenvolvidas em 2009 nos permitem afirmar que o Instituto Federal de Santa Catarina vem atuando de forma transparente e efetiva na consolidação de suas finalidades, seus objetivos e compromissos com a sociedade catarinense.

2.3. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

2.3.1. PROGRAMAS

0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

0750 - Apoio Administrativo

0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

1067 - Gestão da Política de Educação

PROGRAMA 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Gerente do programa	Ministério da Previdência Social
Gerente executivo	Ministério da Previdência Social
Indicadores ou parâmetros utilizados	Sem registro no sistema
Público-alvo (beneficiários)	Servidores ativos, inativos, dependentes e pensionistas.

PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Atividade-meio
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do programa	Ministério da Educação
Gerente executivo	Ministério da Educação
Indicadores ou parâmetros utilizados	Sem registro no sistema
Público-alvo (beneficiários)	Servidores do IF-SC

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO E SENTENÇAS JUDICIAIS

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Operações Especiais
Objetivo geral	Cumprimento e Sentenças Judiciais
Gerente do programa	Ministério da Educação
Gerente executivo	Ministério da Educação
Indicadores ou parâmetros utilizados	Sem registro no sistema
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais

PROGRAMA 1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa finalístico.
Objetivo geral	Ampliar a oferta de educação profissional nos cursos de nível técnicos e tecnológicos, com melhoria da qualidade.
Gerente do programa	Ministério da Educação
Gerente executivo	Ministério da Educação
Indicadores ou parâmetros utilizados	Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Médio Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional Nível Tecnológico
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos que procuram ensino profissional de nível técnico, tecnológico e de pós-graduação, professores e pesquisadores.

PROGRAMA 1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Atividade-meio
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.
Gerente do programa	Ministério da Educação
Gerente executivo	Ministério da Educação
Indicadores ou parâmetros utilizados	Sem registro no sistema
Público-alvo (beneficiários)	Servidores do IF-SC

2.3.2 PRINCIPAIS AÇÕES DOS PROGRAMAS

0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

8960 – Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

2010 – Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

2992 – Funcionamento da Educação Profissional

2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional

4572 – Capacitação Servidores Públicos Federais em Processo Qualificação e Requalificação

6301 – Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional

6358 – Capacitação de Docentes da Educação Profissional.

6364 – Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

0005 – Cumprimento de Sentença Judicial transitada em Julgado (Precatórios)

2.3.2.1. GESTÃO DAS AÇÕES

AÇÃO 0181 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS

Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo e aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria /pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional da ação	Sem registro no sistema
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas

AÇÃO 09HB – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.

Dados gerais da ação

Tipo	Operações especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime da Previdência dos Servidores Públicos Federais, na forma do art.8º da Lei 19.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime da Previdência dos Servidores Públicos Federais, na forma do art.8º da Lei 19.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional da ação	Sem registro no sistema
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas

AÇÃO 2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Oferecer aos empregados e servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.
Descrição	Concessão dos benefícios da assistência pré-escolar, ou creche, aos empregados e servidores, pagos diretamente no contracheque, a creche conveniada ou como reembolso-creche, a partir de requerimento, obedecidas as prescrições legais vigentes.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional ação	Sem registro no sistema
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas

AÇÃO 2011 – AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, empregados ou servidores públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, empregados ou servidores públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional da ação	Sem registro no sistema
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas

AÇÃO 2012 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Tabela 10 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Concessão de auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Conceder em caráter indenizatório, em pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores ativos, de acordo Lei nº 9.527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação/refeição, ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.
Unidade resp. decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional da ação	Sem registro no sistema
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas

Ação 2092 – Funcionamento da Educação Profissional

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-fim
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua da qualidade do ensino.
Descrição	Manutenção das instituições por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, assegurando condições de funcionamento, atingimento dos objetivos da atividade-fim – processo de ensino x aprendizagem.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional da ação	Sem registro no sistema
Responsável p/ execução da ação no nível local (quando for o caso)	Nilva Schroeder – Pró-Reitora de Ensino

AÇÃO 2994 – ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-fim
Finalidade	Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para a sua permanência e melhor desempenho na escola.
Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional da ação	Sem registro no sistema
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Rosângela Mauzer Casarotto – Pró-Reitora de Administração.

AÇÃO 2E13 – REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Manutenção de Infra-estrutura Física de Instituições Federais de Educação Tecnológica
Descrição	Reforma e modernização das Unidades de ensino do IF-SC em Florianópolis, Jaraguá do Sul e São José.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional da ação	Sem registro no sistema
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Rosângela Mauzer Casarotto – Pró-Reitora de Administração.

AÇÃO 4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE

QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada de processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional da ação	Sem registro no sistema
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas

AÇÃO 6301 – ACERVO BIBLIOGRÁFICO PARA AS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-fim
Finalidade	Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico da Rede Federal de Educação Profissional
Descrição	Financiamento mediante aprovação de projetos que identifiquem as deficiências existentes no acervo da instituição e proponha sua atualização e recomposição.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional da ação	Sem registro no sistema
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Rosângela Mauzer Casarotto – Pró-Reitora de Administração.

AÇÃO 6358 – CAPACITAÇÃO DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Capacitar docentes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, visando a melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional, com vista ao fortalecimento das instituições federais de educação profissional e tecnológica em nosso país.
Descrição	Realização de seminários, workshops, cursos de capacitação, visitas técnicas, estágios e intercâmbios, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na educação profissional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional da ação	Sem registro no sistema
Responsável pela execução da ação no nível local.	Gilson Moraes – Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas

Ação 6364 – Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Adquirir veículos para transporte de alunos e servidores, visando facilitar e melhorar o desempenho de atividades que contribuam para o êxito da educação profissional.
Descrição	Transporte de alunos, professores e técnicos para visitas, micro-estágios, aulas práticas, contextualizadas, cursos de extensão, estudo de campo, desenvolvimento de pesquisas e monitoramento e acompanhamento de estagiários.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional da ação	Sem registro no sistema
Responsável pela execução da ação no nível local.	Rosângela Mauzer Casarotto -Pró-Reitora de Administração.

AÇÃO 2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade-meio
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional da ação	Sem registro no sistema
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas

AÇÃO 0005 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS.

Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
Descrição	Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	26219 – Instituto Federal de Santa Catarina
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sem registro no sistema
Coordenador nacional da ação	Sem registro no sistema
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Gilson Moraes – Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas

2.4 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

METAS DO ORÇAMENTO 2009 (Item 2 do Conteúdo Geral /Anexo II da DN TCU 93/2008)

META FÍSICA					META FINANCEIRA		
PROGRAMA/ Ação	Unidade Medida	Quantidade			DESPESA Estimada (R\$ 1,00)	DESPESA Executada	
		previs	realiz	%		(R\$ 1,00)	%
0089 - PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS - SERVIDORES CIVIS							
0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	Pessoa Beneficiada	305	315	103	12.103.714	16.452.913	136%
TOTAL					12.103.714	16.452.913	136%
0471- CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.							
8960 -Apoio à implantação e modernizações de centros vocacionais tecnológicos	Unidade modernizada					1.384.623	-
TOTAL						1.384.623	-
0750 – APOIO ADMINISTRATIVO							
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Dependentes.	Pessoa beneficiada	2.596	502	19%	1.308.495	859.209	66%
2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Criança beneficiada	106	151	142%	103.200	148.570	144%
2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Servidor beneficiado	417	418	100%	530.200	440.061	83%
2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	Servidor beneficiado	888	1.125	127%	1.342.800	1.529.140	114%
TOTAL					3.284.695	2.976.979	91%
0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS							
0005 – Cumprimento Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações públicas	Servidor beneficiado	-	-	-	64.370	-	-
TOTAL					64.370	-	-
1062 –DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA							
2E13 – Reforma e Moderniz. Infra-estrutura Física das Inst. Federais Educ. Profissional	Unidade moderniz.	1	-	-	300.000	-	-
2992 – Funcionamento da Educação Profissional	Aluno matriculado	5411	7247	134,00 %	49.585.709	65.253.993	131%
2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional	Aluno assistido	300	1.257	419%	350.000	-	0%
6301 – Acervo Bibliográfico para Instituições da Rede Federal de Ed. Profiss.	Volume disponibil.	1600	786	48%	80.000	31.000	39%
6358 – Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	Pessoa capacitada	200	214	107%	125.000	8.906	7%
6364 - Veículos e Transporte para Instituições Federais de Educação Profissional	Veículo adquirido	1	1	100%	60.000	48.677	81%
6380 - Fomento ao desenvolvimento da educação profissional		-	-	-	-	298.961	-
09HB - Contribuição União, Autarquias e Fundações para custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos.	Servidor beneficiado	-	-	-	7.724.405	12.029.127	156%
TOTAL					58.225.114	77.670.664	133%
1067 – GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO							
4572 – Capacitação Servidores Públicos Federais em Processo de Qualif. e Requal.	Servidor capacitado	150	444	296%	80.000	1.700	2 %
TOTAL					80.000	1.700	2 %
TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS DA LOA					73.757.893	98.486.880	134%

Fonte: SIAFI 2009

OBS: Há diferenças entre algumas metas físicas e financeiras registradas no SIMEC e os valores extraídos do SIAFI, pelo fato de que o SIMEC faz a contagem mês a mês e, no final do exercício, mostra a média anual.

RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS – DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES			
PROGRAMA/AÇÃO	FINANCEIRA		
	CRÉDITO DISP. (R\$ 1,00)	CRÉDITO REALIZADO (R\$ 1,00)	%
1008- INCLUSÃO DIGITAL			
6867 – Capacitação de multiplicadores Nacional	222.257	7.822	3,5%
TOTAL	222.257	7.822	3,5%
1062 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			
1H10 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	11.764.865	10.816.953	92%
6358 –Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	1.072.651	888.762	83%
6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	596.792	65.625	11%
8650 - Reestruturação da Rede Federal de Educação Nacional	1.411.857	377.444	27%
8252 - Reestruturação da Rede Federal de Educação Nacional	43.615	683	1,7%
TOTAL	14.889.780	12.149.466	82%
1377 – EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA			
8751 - Apoio à inserção das temáticas e cidadania nacional	94.089	13.782	14,65
TOTAL	94.089	13.782	14,65
TOTAL DOS CRÉDITOS DESCENTRALIZADOS	15.206.126	12.171.071	80%
TOTAL GERAL DOS CRÉDITOS LIQUIDADOS (ORÇAMENTÁRIO E EXTRAORÇAMENTÁRIO)	110.657.952		
TOTAL GERAL DOS CRÉDITOS REALIZADOS (ORÇAMENTÁRIO E EXTRAORÇAMENTÁRIO) (Créditos liquidados no exercício + créditos inscritos em Restos a Pagar)	124.195.093,92		

Fonte: SIAFI-2009.

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	57.921.399,00	58.458.891,00			11.410.703,00	13.599.792,00	
	PLOA	58.528.437,00	58.523.261,00			11.410.703,00	13.712.126,00	
	LOA	58.528.437,00	58.523.261,00			11.410.703,00	12.280.155,00	
CRÉDITOS	Suplementares	12.791.876,00	33.401.165,00			62.236,00	1.778.783,00	
	Especiais	Abertos	-	-			-	-
		Reabertos	-	-			-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-			-	-
		Reabertos	-	-			-	-
	Créditos Cancelados	366.659,00	1.504,00			62.236,00	93.852,00	
Outras Operações		-	-			-	-	
Total		70.953.654,00	91.922.922,00			11.410.703,00	13.965.086,00	

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inv.Financeiras		6- Outras Desp. Capital		
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	2.364.245,00	2.654.477,00					
	PLOA	2.364.245,00	2.654.477,00					
	LOA	3.314.245,00	2.954.477,00					
CRÉDITOS	Suplementares	-	940.869,00					
	Especiais	Abertos	-	-				
		Reabertos	-	-				
	Extraordinários	Abertos	-	-				
		Reabertos	-	-				
	Créditos Cancelados	-	-					
Outras Operações		-	-					
Total		3.314.245,00	3.895.346,00					

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente / recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Enc. Sociais	2 – Juros e Enc. Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos	26101	12122106722720001			7.827,58
		26101	12363106220AW0001			143.969,63
		26101	12363106263580001	64.020,00		779.534,50
		26101	12363106263800001			2.059.864,05
		26101	12364107344130001			54.480,00
		26101	1236413772C680001			74.153,00
		26291	12128106184290001			453.243,04
		26291	12364137504870001			39.300,00
26298	12363106282520001			92.383,10		
Externa	Concedidos					

		Recebidos				
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos	26291	12128106184290001	200.000,00		
		26101	1236310621H100001	16.397.884,75		
		26101	12363106263580001	987.559,06		
		26101	1236413772C680001	64.498,80		
	26298	12363106282520001	418.750,00			
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercício			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite		140.782,09		140.782,09
Tomada de Preços	738.084,91	2.368.837,92	738.084,91	2.368.837,92
Concorrência	R\$ 14.708.116,61	6.499.175,03	14.708.116,61	6.499.175,03
Pregão	R\$ 9.928.245,14	12.162.824,92	9.928.245,14	12.162.824,92
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	2.225.008,39	553.548,92	2.225.008,39	553.548,92
Inexigibilidade	1.202.736,04	1.779.502,91	1.202.736,04	1.779.502,91
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	82.774,64	55.739,35	82.774,64	55.739,35
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	71.700.802,90	94.332.279,28	71.700.802,90	94.332.279,28
Diárias	426.571,61	769.577,37	426.571,61	769.577,37
Outros				

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

GLOSSÁRIO ORÇAMENTÁRIO BÁSICO DO SETOR PÚBLICO

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual

LOA - Lei Orçamentária Anual

Fonte de recursos - as fontes de recursos constituem-se de determinados agrupamentos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, e servem para indicar como são financiadas as despesas orçamentárias.

Função - classificação da despesa orçamentária que tem por finalidade registrar a finalidade da realização da despesa

Programa - é instrumento de organização governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido.

Ação - os programas são compostos de ações, que, conforme suas características, podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais:

- a) **Atividade** - é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção do governo.
- b) **Projeto** - é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.
- c) **Operação especial** - enquadra-se nessa classificação as despesas que não contribuem para manutenção, a expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo das quais não gera um produto e não gera contra prestação direta de bens ou serviços.

Resto a Pagar - consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

- a) **Resto a Pagar Processado** - são despesas empenhadas e liquidadas (a contratada entregou o material ou realizou o serviço e apresentou a Nota Fiscal, está aguardando o atesto final e devido pagamento)
- b) **Resto a Pagar Não Processado** - são despesas empenhadas

Créditos adicionais - são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Classificação dos créditos adicionais - os créditos adicionais classificam-se em:

- a) Suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- b) Especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- c) Extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Empenho - o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Fases das despesas - na forma da Lei 4320/64, compreende em: empenho, liquidação e pagamento.

Despesa Corrente - são classificadas como sendo de custeio e de transferências correntes

Despesa de Capital - são classificadas como sendo de investimentos, inversões financeiras e transferências de

capital.

Despesa de custeio - Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

Receita Corrente – são as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

Receita de Capital - são as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.

Cota - modalidade de movimentação de recursos financeiros, expressa sob a forma de crédito e colocada à disposição do órgão ou Ministério, em conta, na instituição bancária credenciada como o agente financeiro do Tesouro Nacional.

Crédito adicional - instrumento utilizado para alteração da lei orçamentária para corrigir distorções durante a execução do orçamento, bem como imperfeições no sistema de planejamento.

Crédito especial - modalidade de crédito adicional destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, sendo autorizado por lei.

Crédito extraordinário - modalidade de crédito adicional destinado ao atendimento de despesas urgentes e imprevísíveis, como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Crédito orçamentário - compreende o conjunto de categorias classificatórias que especificam as ações constantes do orçamento. O crédito orçamentário é portador de uma dotação e essa é o limite de recurso financeiro autorizado.

Crédito público - é a capacidade de o governo cumprir obrigações financeiras com quem quer que seja, inclusive e principalmente com os próprios cidadãos.

Crédito suplementar - modalidade de crédito adicional destinado ao reforço de dotação já existente no orçamento. Tal autorização pode constar da própria lei orçamentária

DADOS ORÇAMENTÁRIOS DO IF-SC

As tabelas Metas do Orçamento e Recursos Orçamentários - Descentralização de Créditos foram elaboradas com base na orientação contida no item 2 do anexo II da Decisão Normativa nº. 93/2008 do Tribunal de Contas da União - TCU, cujo objetivo é compor o rol de informações que devem constar no Relatório de Gestão. Trata-se de informações relacionadas à execução orçamentária da instituição em 2009.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os regimes de arrecadação para a execução das receitas e o de competência para as despesas, em conformidade com art. 35 da Lei nº. 4.320/64, de forma integrada com os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº. 750/93 e Resolução nº. 1.133/08, ambas do Conselho Federal de Contabilidade.

O **Balço Orçamentário** é uma das peças que compõem as demonstrações contábeis da instituição pública e é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Nas contas aqui apresentadas, o Balço Orçamentário demonstrou uma previsão inicial de recursos para o exercício na ordem de **R\$ 73.757.893,00** - Dotação Inicial.

Para o mesmo exercício, obtivemos uma suplementação de recursos, ou reforço orçamentário, de **R\$ 36.120.817,00**. Desses foram cancelados **R\$ 95.356,00**, sendo que a dotação orçamentária devidamente autorizada, já com os créditos suplementares, foi em torno de **R\$ 109.783.354,00**.

Os valores de créditos utilizados (liquidados) totalizaram **R\$ 110.657.952,03**, sendo que R\$ 98.486.880,54 foram utilizados com recursos provenientes diretamente da LOA/2009 e o montante de **R\$ 12.171.071,49** pode-se considerar como sendo créditos descentralizados e/ou créditos movimentados provenientes do Orçamento Geral da União.

Os valores referentes aos créditos realizados (compostos pelos créditos liquidados e os inscritos em Restos a Pagar executados no exercício) estão demonstrados na conta contábil 3.0.0.0.00.00 - Despesa, totalizando **R\$ 124.195.093,92**. Este valor representa os gastos totais para fins de cálculo dos indicadores de gestão.

Foram inscritos em **Restos a Pagar Processados** o total de **R\$ 2.166.424,01**, cancelados **R\$ 117.547,33**, pagos **R\$ 416.599,64** e o que se encontra a pagar totaliza **R\$ 2.048.876,68**.

No que se refere a **Restos a Pagar não Processados**, foi inscrito o valor de **R\$ 54.794.108,15**, cancelados **R\$ 514.476,63**, pagos **R\$ 26.968.039,57** e a pagar **R\$ 27.311.591,95**.

A proposta orçamentária do IF-SC (PLOA/2009) foi encaminhada para aprovação do Congresso Nacional, com a Dotação Inicial prevista de **R\$ 74.889.864,00** sendo aprovada a LOA/2009 com montante de **R\$ 73.757.893,00**, ocorrendo um corte no orçamento de **R\$ 1.131.971,00**. Mesmo assim, o IF-SC recebeu um montante considerável de crédito suplementar, na ordem de **R\$. 36.025.461,00**.

Conforme o Manual Técnico do Orçamento da União - MTO, o Programa 0901 ação

0005 - cumprimento de sentenças judiciais transitada em julgado (precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas está enquadrado como uma “*função de Encargos Especiais e engloba as despesas em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra*”. Nesse caso, as ações estarão associadas aos programas do tipo "Operações Especiais" que correspondem a um código e que constarão apenas do orçamento, não integrando o PPA. Encontra-se contabilizada na conta contábil de nº. **2.9.2.1.09.01**- Créditos concedidos, como sendo destaque judicial, no valor de **R\$ 62.866,00** que compõe a conta movimentações de créditos. Para elaboração da planilha de metas orçamentárias não levamos em consideração esse valor como sendo liquidado, apenas destacamos a despesa estimada de **R\$ 64.370,00**. A contabilização do mesmo, conforme consulta nas células orçamentárias, não compõe o montante dos valores liquidados, por ser um recurso orçamentário de passagem transitória na instituição.

A seguir, apresenta-se o comentário sobre o desempenho de cada programa e ação nos quais o IF-SC executou os seus recursos orçamentários.

2.5 DESEMPENHO DOS PROGRAMAS E AÇÕES:

O Programa 1062, ação 6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional, programa 12363106263800132, fonte 0100000000, foram gastos no elemento de despesa 449052, referente à aquisição de equipamentos e material permanente. Este é um recurso ordinário repassado diretamente das contas do tesouro nacional, não previsto no nosso PLOA. O montante disponibilizado foi de **R\$ 300.000,00**, desses foram liquidados **R\$ 298.961,00**, ou seja, **99,65%**.

PROGRAMA 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

AÇÃO 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

A execução da ação obedeceu ao previsto na legislação vigente, registrando uma previsão de pagamento de 305 benefícios, sendo executados 315, representando 103 %. A meta financeira prevista era de R\$ 12.103.714,00 e foram pagos R\$ 16.452.913,00 equivalentes a 136%.

PROGRAMA 0471 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

AÇÃO 8960 – Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos

O Ministério da Ciência e Tecnologia remanejou para o IF-SC o montante de **R\$ 1.800.000,00**, considerado crédito suplementar, mas que foi alocado como recurso orçamentário, inscrito no programa de trabalho 19573004718960018. Esse recurso, referente a obras e instalações, não estava previsto no PLOA e foi alocado no elemento de despesa 449051. O IF-SC conseguiu executar em torno de 77% do disponibilizado, ou seja, **R\$ 1.384.623,67**.

PROGRAMA 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO

AÇÃO 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes.

A ação previa como meta física era o atendimento de 2.596 servidores e como meta financeira o pagamento de R\$ 1.308.495,00. Contudo, foram beneficiados apenas 502 servidores, representando 19% e executados R\$ 859.209,00, equivalentes a 66% da previsão.

AÇÃO 2010 – Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Da mesma maneira que o ano anterior, o desempenho desta ação registrou valores e quantidades superiores à previsão, sendo que a meta física alcançou 151 crianças atendidas, representando 142% e, um montante de R\$ 148.570,00 equivalentes a 144% de execução.

AÇÃO 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Em 2009, a meta física demonstrou equilíbrio, atingindo 100% dos servidores previstos para recebimento do benefício. Em relação à meta financeira, havia a expectativa de pagamento de R\$ 530.200,00, sendo executados apenas R\$ 440.061,00, que representou 83% da previsão de gastos na ação.

AÇÃO 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Com relação ao pagamento do auxílio alimentação, o total de servidores beneficiados esteve 27% acima da previsão, com um montante pago de R\$ 1.529.140,00, representando 14% além da meta financeira. Quantidades e valores bem próximos dos registrados no ano anterior.

O total do PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO previa um montante financeiro de R\$ 3.284.695,00 e a sua execução foi de R\$ 2.976.979,00, equivalentes a 91% da meta financeira. O desempenho geral do programa apresentou uma melhoria, em termos de concessão de benefícios, na ordem de 5% em relação ao exercício anterior.

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

AÇÃO 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.

Foi prevista uma meta financeira de R\$ 64.370,00 para pagamento de sentenças judiciais. Não houve execução desta ação em 2009.

PROGRAMA 1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

AÇÃO 2E13 - Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física de Instituições Federais

Estava previsto um montante de R\$ 300.000,00 para esta ação. Não houve execução. Conforme consulta ao SIAFI/2009, na trilha das células orçamentárias, constata-se que o crédito orçamentário, do programa nº. 1236310622E1130092, fonte 0100000000, elementos de despesa 4490000 - Aplicação Direta, não registra provisão recebida.

AÇÃO 2992 – Funcionamento da Educação Profissional

A previsão da meta física para esta ação foi de 5.411 alunos matriculados. Ao final do exercício, registrou-se um total de 7.247 alunos matriculados nos cursos presenciais, representando 34% acima do previsto e com uma execução financeira 31% maior que a estimativa. Quanto à execução das despesas foram na ordem de R\$ 65.253.993,13.

Em função da transformação do CEFET-SC em IF-SC, a SPO/MEC teve que implementar mudanças nos códigos da Unidade Orçamentária e Unidade Gestora da Instituição registrados no sistema SIAFI2009, alterando com isso a composição orçamentária de alguns programas e ações. Por esse motivo, é que ao se efetuar uma consulta ao sistema SIAFI/2009, trilha CELULAS e até na trilha CONORC, fechamento em 31/dez/2009, constata-se que algumas ações encontram-se zeradas, é o caso da ação 2994, sendo que outras apresentam resultados bem abaixo das despesas estimadas, por exemplo, a ação 6358. Ambas

as ações foram executadas, parcialmente ou na sua totalidade, através da ação 2992. Portanto, a ação 2992-Funcionamento da Educação Profissional, com base no sistema SIAFI2009, apresenta em sua matriz orçamentária a seguinte composição:

PROGRAMA 1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		
AÇÃO 2992 - FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		
Nº DA AÇÃO CONTIDA NA LOA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS REALIZADAS NA AÇÃO 2992
2994	Despesas executadas com assistência ao educando da educação profissional	345.929
6358	Capacitação de recursos humanos [109.302 (- *8.906)] =	100.396
2992	Funcionamento da educação profissional	64.805.368
TOTAL DA AÇÃO 2992		65.253.993

Fonte: SIAFI/2009/31 de dezembro 2009.

* OBS.: Os R\$ 8.906,00 estão registrados, de fato, no sistema SIAFI2009 como executado na ação 6358.

AÇÃO 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional

A ação previa o atendimento de 300 alunos e os resultados registraram assistência a 1.257 educandos, equivalentes a 419% no total.

A execução da despesa, para essa ação, ficou na ordem de R\$ 349.929,17. Sendo que, conforme demonstrado na ação 2992, esse montante consta registrado no sistema SIAFI como sendo executado na ação 2992-Funcionamento da Educação Profissional. Procedimento confirmado na nota de empenho nº. 2009NE000014.

AÇÃO 6301 – Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional

A execução da ação mostra que o acervo bibliográfico adquirido totalizou apenas 48% da quantidade prevista e que a meta financeira alcançou apenas 39%. Estas são as inscrições feitas até 31/dez e que constam nos registros contábeis, contudo tanto a quantidade quanto os valores executados são maiores, tendo sido inscritos em Restos a Pagar e, portanto, constarão do relatório de prestação de contas do exercício 2010.

AÇÃO 6358 - Capacitação de Docentes da Educação Profissional

A ação registrou 214 servidores capacitados, dos 200 previstos e uma execução orçamentária financeira de R\$ 8.906, isso mostra um percentual de execução de 7%. Mas, conforme mencionado na ação 2992, parte desta ação foi executada na ação 2992, totalizando

R\$109.302, ou seja, executado 87% da despesa estimada.

AÇÃO 6364 - Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional

Da mesma maneira que o ano anterior foi adquirido o veículo previsto, tendo sido atingida a meta física e, em relação à meta financeira, registrou-se uma despesa de R\$ 48.667,00, equivalente a apenas 81% da previsão de gasto.

AÇÃO 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

A previsão financeira para os gastos com a previdência dos servidores públicos foi de R\$ 7.724.405,00 e a execução da financeira atingiu 12.029.127,00, representando 56% acima do previsto.

O total do PROGRAMA 1062 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA foi estimado em R\$ 58.225.114,00 e a sua execução totalizou R\$ 77.670.664,00, ultrapassando a previsão em 33%.

PROGRAMA 1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

AÇÃO 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

A ação prevê a capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos. O desempenho da ação apresentou novamente um resultado bastante acima do previsto em termos de número de servidores capacitados, alcançando 296% de execução. Em termos financeiros o resultado, porém, ficou bastante aquém, pois dos R\$ 80.000,00 previstos, foram gastos R\$ 1.700,00, representando 2% do total. Ocorre que a ação foi executada com recursos alocados na ação 2992, totalizando o montante R\$ 77.684,00, ou seja, R\$ 1.700,00 executados na ação 4572 e os R\$ 75.984,00 restantes, executados na ação 2992.

O TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS foi estimado em R\$ 73.757.893,00 e a execução financeira totalizou R\$ 98.486.880,00, representando 134%.

O TOTAL GERAL DOS CRÉDITOS DESCENTRALIZADOS DISPONIBILIZADOS totalizou R\$ 15.206.126,00. Desse montante, foram executados R\$ 12.171.071,00, equivalentes a 80% do total.

O TOTAL GERAL DE RECURSOS RECEBIDOS, incluindo os créditos suplementares, totalizou R\$ 110.657.952,00, o que significa que a instituição recebeu um incremento de R\$ 12.171.071,00 por meio de descentralização de créditos.

2.6. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.6.1 INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

2.6.1.1 INDICADORES DO TCU (ACÓRDÃO 2.267/2005)

INDICADORES	2005	2006	2007	2008	2009
Relação candidato/vaga Indica o nível de procura da clientela da região pelo ensino do IF-SC	6,30	4,97	4,23	3,97	5,05
Relação ingresso/aluno (%) Indica a quantidade de ingressantes, em relação ao total de alunos.	55,5	51,29	55,82	60,31	58,32
Relação concluintes/aluno (%) Quantifica a taxa de concluintes, em relação ao total de alunos.	10,90	13,18	15,13	13,85	19,26
(%) Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes Quantifica a Eficiência da instituição (média total e por nível de ensino)	-	25,70	27,11	22,96	33,02
Ensino Médio	49,30	49,09	72,19	43,15	68,75
Ensino Técnico	32,00	28,48	44,34	23,32	32,10
Ensino Tecnológico	34,10	4,65	32,97	11,19	34,24
Pós-graduação	-	-	-	-	-
(%) Índice de Retenção do Fluxo Escolar Identifica o percentual de retenção dos alunos (reprovações + trancamentos)	11,75	15,54	13,52	12,61	10,60
Relação Alunos/Docentes em Tempo Integral Quantifica o nº de alunos por docente em tempo integral	10,96	9,94	10,25	12,56	12,65
Índice de Titulação do Corpo Docente Quantifica a titulação do corpo docente	2,30	3,05	3,11	3,29	3,15
Gasto Corrente por Aluno (R\$/aluno) Indica o total dos gastos da instituição por aluno atendido (exceto investimentos, precatórios, inativos e pensionistas)	6.789,74	11.090,07	9.956,44	10.660,00	9.379,64
% de gasto com Pessoal Indica o total de gastos com pessoal (ativos, inativos, pensionistas, precatórios e sentenças judiciais) em relação aos gastos totais.	87,60	89,37	75,53	60,08	73,39
% de Gastos com outros Custeios Relaciona os gastos totais de outros custeios (exceto benefícios, investimentos e inversões financeiras), em função dos gastos totais.	9,30	7,98	7,60	10,11	13,03
% Percentual de Gastos com Investimentos Indica o total dos investimentos em relação aos gastos totais	2,10	1,61	2,28	19,46	13,58

RESULTADOS DOS INDICADORES DO ENSINO e de Desempenho nos Gastos

Faz-se necessário registrar que a análise dos dados relativos ao ensino levou em consideração que os cursos implantados no Plano de Expansão I (2006 e 2007), conforme citado no relatório do ano anterior encontram-se ainda em regime de consolidação e, portanto, não atingiram o potencial de atendimento pleno.

Importante registrar também que a instituição continua passando por grandes transformações, que envolvem desde a ampliação da oferta educacional e da estrutura física, bem como aspectos na área de gestão institucional.

Embora ao longo da análise se comente o desempenho dos indicadores comparativamente aos anos anteriores, é preciso estar atento para o fato de que o IF-SC ainda não está atuando em regime permanente em relação à oferta de ensino.

Em relação ao desempenho dos **INDICADORES DO ENSINO**, a **relação candidato vaga** apresentou melhoria em relação aos anos anteriores, principalmente em relação a 2008, crescendo 1,08 pontos. Isso significa que aumentou a procura pelos cursos da instituição.

O indicador **relação ingresso/aluno** tem como objetivo identificar a taxa de ingressos em relação ao total de alunos, demonstrando o quanto a instituição está crescendo em número de alunos. Como os cursos técnicos subseqüentes constituem a maioria dos cursos da instituição e possuem duração de três semestres, o aumento de vagas nestes cursos está refletido neste indicador. A evasão, permanência e êxito vêm apresentando melhorias no indicador, o que demonstra o resultado de várias ações institucionais que vêm sendo realizadas neste sentido.

A **relação concluintes/aluno (%)** demonstra a taxa de concluintes, em relação ao total de alunos. Este indicador apresentou uma elevação na ordem de 5,4% em relação ao ano anterior, o que pode ser considerado bastante positivo e que reflete as estratégias e os esforços da instituição no sentido de oferecer condições aos alunos para a conclusão dos seus estudos.

O (%) Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes tem como objetivo quantificar a eficiência da instituição (média total e por nível de ensino)

Este é considerado um dos principais indicadores de uma instituição de ensino. Em 2009 a eficiência acadêmica apresentou melhoria em 10%, comparativamente ao ano anterior. Nos três níveis de ensino registrou-se aumento dos percentuais, sendo que o Ensino médio cresceu em 25,6%, o Ensino Técnico mostrou crescimento de 9% e o Ensino tecnológico apresentou melhoria de 23%.

O Indicador (%) Índice de Retenção do Fluxo Escolar tem por objetivo identificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos. A Retenção Escolar refere-se à reprovação e trancamento. A série histórica vem mostrando que os valores oscilam em torno de uma média que, para 2009, registrou um percentual de 10,6%. Isto significa que o índice de reprovações adicionado ao índice de trancamentos está 2% melhor em relação ao ano anterior. Representa uma melhora tímida, mas importante, que traduz, passo a passo, os resultados das medidas e os esforços direcionados para a questão.

A **relação alunos/docentes em tempo integral** tem por objetivo quantificar o número de alunos por docente em tempo integral. O indicador considera “dedicação integral” dos professores às atividades de sala de aula (vinte horas e quarenta horas). Para 2009, o indicador manteve o mesmo percentual registrado no ano anterior.

O **Índice de Titulação do Corpo Docente** tem por objetivo apresentar a titulação do corpo docente – efetivos e substitutos. Considerando que o valor máximo a ser alcançado é 5,00, o que corresponde a um corpo docente composto por 100% doutores, em 2009 apresentamos um índice de 3,15. O indicador apresentado revela um nível elevado de titulação do corpo docente, o que demonstra o empenho institucional em termos de execução de políticas de capacitação e de utilização de critérios adequados para contratação de docentes, bem como os benefícios advindos da implantação do Plano de Carreira Docente.

Em relação ao **DESEMPENHO NOS GASTOS**, os **gastos correntes/ aluno** apresentaram redução de R\$ 1.280,36, representando 12% a menos na comparação com o desempenho do ano anterior. Neste caso, ainda que a redução apresentada seja pequena, representa os primeiros resultados dos esforços no sentido de contenção e redução dos gastos institucionais.

O comportamento dos **gastos com pessoal** vinha registrando diminuição nos últimos anos e em 2009 apresentou elevação em torno de 13%. Esse aumento atribui-se ao incremento do quadro de pessoal, via concurso público e o aumento do pagamento de benefícios.

O **% de gastos com outros custeios** apresentou elevação de 2,92% em 2009, atingindo 13,03%. Atribui-se aos gastos com a viabilização e implantação da expansão institucional.

Quanto aos **gastos com investimentos**, o indicador mostra uma redução em relação a 2008, de 5,8%, mas ainda crescente na análise da série histórica. Comprovam a manutenção dos investimentos feitos pelo Governo Federal, na área da Educação.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

INDICADORES DO TCU (ACÓRDÃO 2.267/2005)

$$\text{Relação Candidato/ Vaga (ano) (RCV)} \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}} = \frac{23.016}{4.558} = 5,05$$

$$\text{Relação Ingressos/Alunos (RIA)} \frac{\text{Ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100 = \frac{4.558}{7.815} \times 100 = 58,32 \%$$

Relação Concluintes/Aluno (RCA)

$$\text{RCA} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluintes}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 = \frac{1.505}{7.815} \times 100 = 19,26\%$$

Índice Eficiência Acadêmica (Total) (IEAT)

(Por Modalidade de Ensino)

$$\text{IEAT} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluintes}}{\text{Ingressos}} \times 100 = \frac{1.505}{4.558} \times 100 = 33,02\%$$

$$\text{Ensino Médio} = \text{IEAT EM} = \frac{88}{128} \times 100 = 68,75\%$$

$$\text{Ensino Técnico} = \text{IEAT TEC} = \frac{1.115}{3.473} \times 100 = 32,10 \%$$

$$\text{Ensino Tecnológico} = \text{IEAT TECNOL} = \frac{302}{882} \times 100 = 34,24\%$$

Índice de Retenção Escolar (IRET)

$$\text{IRET} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Reprov.} + \text{n}^\circ \text{ Matric. Tranc.}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100 = \frac{828}{7.815} \times 100 = 10,60\%$$

Relação Aluno /Docente Tempo integral (RADI)

$$\text{RADI} = \frac{\text{Alunos Matriculados (ano)}}{\text{Docentes } 40\text{h} + 40\text{h DE} + 20\text{h}/2} = \frac{7.815}{104 + 506 + (16/2)} = \mathbf{12,65}$$

Índice de Titulação do corpo docente (ITCD)

Pesos: *Graduação=1, Aperfeiçoamento=2, Especialização=3, Mestrado=4, Doutorado=5.*

$$\text{ITCD} = \frac{1(\text{G}) + 2(\text{A}) + 3(\text{E}) + 4(\text{M}) + 5(\text{D})}{(\text{G} + \text{A} + \text{E} + \text{M} + \text{D})} \times 100$$

$$\text{ITCD} = \frac{1(167) + 2(7) + 3(126) + 4(217) + 5(109)}{(167 + 7 + 126 + 217 + 109)} = \frac{1.972}{626} = \mathbf{3,15\%}$$

Gastos correntes/ aluno (GCA)

$$\text{GCA} = \frac{\text{Total Gastos Correntes}}{\text{Alunos Matriculados}} = \text{R\$ } \frac{73.301.878,11}{7.815} = \mathbf{\text{R\$ } 9.379,64/\text{aluno}}$$

% Gastos de pessoal (%GP)

$$\text{GP} = \frac{\text{Total de Gasto com pessoal}}{\text{Gastos totais}} \times 100 = \frac{91.148.866,67}{124.195.093,92} \times 100 = \mathbf{73,39\%}$$

% de gastos de outros custeios (%GOC)

$$\text{GOC} = \frac{\text{Gastos de outros custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 =$$

$$\text{GOC} = \frac{16.185.042,81}{124.195.093,92} \times 100 = \mathbf{13,03\%}$$

% de gastos com investimentos (%GINV)

$$\text{GINV} = \frac{\text{Gastos de Investimentos}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 = \frac{16.861.184,44}{124.195.093,92} \times 100 = \mathbf{13,58\%}$$

Responsáveis pelos cálculos:

Maria Alice Sens Brezinski, Paulo César Siebert e Luciano Wagner Behr.

INDICADORES SOCIAIS

INDICADORES SOCIAIS (Pesquisa realizada com os alunos ingressantes - 2009-1 e 2009-2)

Renda per Capita Familiar	Nº alunos matriculados						
	2006	2007	%	2008	%	2009	%
Até 0,5 Salários mínimos	37	30	0,08	42	0,94	125	2,18
De 0,5 SM até 1 SM	56	90	0,24	113	2,52	463	8,08
De 1 SM até 1,5 SM	197	300	0,80	354	7,88	1399	24,43
De 1,5 SM até 2,5 SM	419	767	2,06	869	19,35	2007	35,04
De 2,5 SM até 3 SM	489	827	2,23	1.062	23,65	892	15,58
Acima de 03 Salários mínimos	1.308	1.693	4,56	2.050	45,66	841	14,68
TOTAL da amostra	2.506	3.707	100	4.490	100	5727	100,00
TOTAL da Matrícula Anual	-	-	-	6.678	-	8.503	-
Amostra em relação à matrícula anual	-	-	-	67,24%	-	67,35%	-

Quantidade de alunos que trabalham	Nº alunos matriculados					
	2006	2007	2008	%	2009	%
Total de alunos que trabalham	-	2.234	3.176	100	2798	48,86
Total de alunos que não trabalham*	-	-	-	-	2929	51,14
TOTAL da amostra	-	2.234	3.176	100	5727	100,00
TOTAL da Matrícula Anual	-	-	6.678	-	8.503	-
Amostra em relação à matrícula anual	-	-	47,56%	-	67,35%	-

* - Desempregados+Estudantes+Outras atividades não formais

Quantidade de alunos por raça, auto-declarada	Nº alunos matriculados					
	2006	2007	2008	%	2009	%
Branca	-	2.946	4.044	86,10	4726	82,52
Preta	-	176	183	3,90	235	4,1
Parda	-	410	407	8,67	679	11,86
Amarela	-	45	33	0,70	48	0,84
Indígena	-	30	24	0,51	39	0,68
Não declarado	-	-	6	0,13	0	0,00
TOTAL da amostra	-	3.607	4.697	100	5727	100,00
TOTAL da Matrícula Anual	-	-	6.678	-	8.503	-
Amostra em relação à matrícula anual	-	-	70,33%	-	67,35%	-

Quantidade de alunos por faixa etária:	Nº alunos matriculados					
	2006	2007	2008	%	2009	%
Até 14 anos	-	29	19	0,32	316	5,52
De 15 a 17 anos	-	778	296	0,5	956	16,69
De 18 a 19 anos	-	756	941	16,07	1117	19,50
De 20 a 24 anos	-	1.282	1.958	33,43	1567	27,36
De 25 a 29 anos	-	678	1.085	18,52	851	14,86
De 30 a 39 anos	-	922	991	16,93	633	11,05
De 40 a 49 anos	-	21	430	7,34	231	4,03
A partir de 50 anos	-	03	138	2,35	56	0,98
TOTAL da amostra	-	4.469	5.855	100	5727	100,00
TOTAL da Matrícula Anual	-	-	6.678	-	8.503	-
Amostra em relação à matrícula anual	-	-	87,68%	-	67,35%	-

Quantidade de alunos por sexo:	Nº alunos matriculados						
	2006	2007	%	2008	%	2009	%
Masculino	-	3.076	68,28	4.461	66,80	3665	64,00
Feminino	-	1.429	31,72	2.217	33,19	2062	36,00
TOTAL da amostra	-	4.505	100	6.678	100	5727	100,00
TOTAL da Matrícula Anual	-	-	-	6.678		8.503	
Amostra em relação à matrícula anual	-	-	-	100%		67,35%	

Quantidade de alunos por procedência domiciliar:	Nº alunos matriculados						
	2006	2007	%	2008	%	2009	%
Urbana	-	3.278	90,87	3.200	91,43	5266	91,95
Rural	-	329	0,9	289	8,26	461	8,05
Não Informado	-	-	-	11	0,31	0	0,00
TOTAL da amostra	-	3.607	100	3.500	100	5727	100,00
TOTAL da Matrícula Anual	-	-	-	6.678		8.503	
Amostra em relação à matrícula anual	-	-	-	52,41%		67,35%	

Quantidade de alunos por procedência escolar	Nº alunos matriculados						
	2006	2007	%	2008	%	2009	%
Escola Pública	-	2.894	80,23	4.037	94,30	4626	80,78
Escola Particular	-	712	19,73	239	5,58	1101	19,22
Não Informado	-	-	-	05	0,12	0	0,00
TOTAL da amostra	-	3.607	100	4.281	100	5727	100,00
TOTAL da Matrícula Anual	-	-	-	6.678		8.503	
Amostra em relação à matrícula anual	-	-	-	64,10%		67,35%	

Quantidade de alunos portadores de necessidades especiais	Nº alunos matriculados						
	2006	2007	%	2008	%	2009	%
Deficiência auditiva	-	20	90,91	5	31,25	22	0,38
Deficiência visual	-	1	4,55	5	31,25	26	0,45
Deficiência física (motora ou fala)	-	0	0,00	2	12,50	19	0,33
Deficiência múltipla	-	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Deficiência mental	-	0	0,00	0	0,00	4	0,07
Condutas Típicas	-	1	4,55	0	0,00	0	0,00
Superdotados/altas habilidades	-	0	0,00	0	0,00	1	0,02
Outras necessidades	-	0	0,00	4	25,00	21	0,37
Nenhuma	-	0	0,00	0	0,00	5634	98,38
TOTAL da amostra	-	22	100	16	100	5727	100,00
TOTAL da Matrícula Anual	-	5.082		6.678		8.503	
Amostra em relação à matrícula anual	-	0,043%		0,024%		67,35%	

Fonte: Questionário sócio-econômico aplicado aos alunos no ato de inscrição para o Exame de Classificação e Vestibular.

RESULTADOS DOS INDICADORES SOCIAIS:

A pesquisa foi realizada com os alunos ingressantes nos dois semestres de 2009. Do universo total de 5.727 alunos, podemos aferir que:

No quesito renda per capita familiar existe uma concentração na faixa de 1,5 à 2,5 SM, com um percentual de 35,04%. Na faixa de 1 à 1,5 SM, temos 24,43%. Nas faixas de 2,5 a 3 SM e de 2,5 à 3, existe uma distribuição uniforme em torno de 15%, em cada faixa. Cabe destacar o percentual de 2,18%, equivalente a 125 alunos, que possuem uma renda per capita familiar inferior a meio salário mínimo.

Existe um equilíbrio entre os alunos que trabalham, 48,86%, e os alunos que não trabalham, 51,14%.

No aspecto racial, a maioria se auto-declara da raça branca, 82,52%, 11,86% pertencem à raça parda, 4,10% pertencem à raça preta, 0,84% a pertencem à raça Amarela e 0,68% pertencem à raça indígena.

O total de alunos é composto predominante pelo sexo masculino, 67,35%, sendo que 36% são do sexo feminino.

Com relação à faixa etária, temos um predomínio de alunos entre 18 e 19 anos, com um percentual de 19,50%, e também na faixa de 20 e 24 anos, com um percentual de 27,36%. Nas faixas compreendidas entre 15 e 17 anos, e 25 e 29 anos, existe uma distribuição mais regular, em torno de 14 a 16% em cada faixa. O alunado acima de 40 anos corresponde a um percentual pequeno, em torno de 5% do universo total de alunos.

Com relação à procedência domiciliar, a maioria reside na zona urbana, 91,95%, e apenas 8% reside na zona rural.

Quanto à escola de origem, um percentual expressivo, 80,78%, é proveniente da escola pública e 20% é proveniente da escola particular.

Com relação à presença de alunos portadores de necessidades especiais, a maioria se auto-declarou como não portador de necessidades especiais. Dos que se auto-declararam como portadores de necessidades especiais, 1,62% do universo total de alunos, temos 22 deficientes auditivos, 26 deficientes visuais, 19 deficientes físico (motora ou fala), 4 deficientes mentais, 1 super-dotado/alta habilidade e 21 com outro tipo de necessidade especial, além das citadas no instrumento de pesquisa utilizado.

2.7 EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS

DESCRIÇÃO	ANO			
	2006	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	190.594,67	334.771,46	471.933,31	603.101,65
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	154.031,71	276.670,01	426.571,61	769.577,37
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.211.567,22	1.780.792,49	2.244.563,55	3.664.073,32
3.1. Publicidade	-	-	-	216.784,16
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação.	1.056.350,62	1.595.994,66	2.161.788,91	2.542.290,02
3.3. Tecnologia da informação	-	-	-	280.421,55
3.4. Outras Terceirizações (*)	3.213,00	-	-	624.577,59
4. SUPRIMENTO DE FUNDOS	165.848,33	201.145,52	83.970,24	53.723,23
4.1. Cartão de Crédito Corporativo:				
Saque	135.785,00	106.271,00	14.101,00	8.642,00
Fatura	30.063,33	94.874,52	69.869,24	45.081,23
TOTAIS	1.722.041,93	2.593.379,48	3.227.038,71	5.090.475,57

(*) Motoristas/Zeladoria/Copa e Cozinha e outros.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

NÃO HOUE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	-----	-----	-----	57.286,40
2006	340.695,19	0	61.042,69	336.938,90
2007	689.943,75	0	355.430,49	671.452,16
2008	465.164,89	0	720.145,69	416.471,36
2009	2.166.424,01	117.547,33	416.599,64	2.048.876,68

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	-----	-----	-----	12.364.849,14
2006	10.894.106,36	10.686,97	6.854.411,98	16.393.856,55
2007	19.482.244,89	115.503,65	10.861.086,47	24.899.511,32
2008	23.131.874,45	0	9.567.423,22	38.463.962,55
2009	54.794.108,15	514.476,63	26.968.039,57	27.311.591,95

Fonte: DOF

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

NÃO HOUE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

NÃO HOUE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

NÃO HOUE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

CARTÃO DE CRÉDITO COORPORATIVO SÉRIE HISTÓRICA DAS DESPESAS

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	-	30.063,33	-	135.785,00
2007	671	94.874,52	996	106.271,00
2008	74	69.869,24	110	14.101,00
2009	76	45.081,23	75	8.642,00

Fonte: DOF

INFORMAÇÕES SOBRE AS DEFINIÇÕES FEITAS PELO ORDENADOR DE DESPESAS DA UG, CONSOANTE PREVISÃO DO ART. 6º DA PORTARIA MP Nº 41, DE 04.03.2005.

Limite de utilização total da UG: R\$ 53.723,23	
Natureza dos gastos permitidos: 3339030 (consumo); 3339039 (serviço).	
Limites concedidos a cada portador:	
Portador (nome):	Limite R\$:
Raquel Lílian B de Cerqueira	975,67
Sandra Fátima Lorenzi	3.162,42
Daniel Esquivel M Filho	8.842,93
Noacir Airton Rodrigues	11.433,49
Rimenez Tuon	3.451,94
Silvana Silva Reiter Witkoski	11.619,03
Rosamaria da Silva Beck	4.960,99
Joaquim Quintino Martins	5.248,73
Luiz Carlos Martins	3.757,11
Déborah Rejane M Ribas	283,13
Jaime Miranda Júnior	1.172,50
Rodrigo Coral	629,93

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

AÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (UNAI/IF-SC) desenvolveu no ano de 2009, seis Relatórios de Auditoria e prestou atendimento a várias consultas formuladas pela comunidade interna.

O Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna passou por várias alterações no seu “*modus operandi*”, em relação a sua execução, devido à excessiva demanda das ações provindas do crescimento expansivo da instituição, que ao se deparar com a estrutura frágil e operacional da UNAI culminou com a inexecução de algumas ações programadas para o exercício. Apesar dos esforços dos servidores, algumas ações de auditoria contidas no PAINT 2009 não foram executadas.

Encontra-se a seguir, de forma sucinta, as atividades de auditoria desenvolvidas pela UNAI/IF-SC:

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2009				
Item	Nº do Documento	Trabalho/Atividades	Relatório de Auditoria	Situação
1	SA-2009-1	Auditoria de Controle da Gestão e Operacional realizada no Campus São José	2009-01/UNAI/IF-SC	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2010
2	SA-2009-2	Auditoria de Controle da Gestão e Operacional realizada no Campus Chapecó	2009-02/UNAI/IF-SC	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2010
3	SA-2009-3	Auditoria de Controle da Gestão e Operacional realizada no Campus Araranguá	2009-03/UNAI/IF-SC	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2010
4	SA-2009-4	Auditoria de Controle da Gestão e Operacional realizada no Campus Joinville	2009-04/UNAI/IF-SC	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2010
5	SA-2009-5	Auditoria de Controle da Gestão e Operacional realizada no Campus Jaraguá do Sul	2009-05/UNAI/IF-SC	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2010
6	SA-2009-6	Auditoria de Controle da Gestão e Operacional realizada no Campus Florianópolis	2009-06/UNAI/IF-SC	A verificação do atendimento das recomendações será objeto de auditoria de acompanhamento no ano de 2010

7	SA-2009-7	Auditoria de Controle da Gestão realizada na Pró-Reitoria de Administração	A Diretora Executiva encaminhou o memorando nº 002/2009-DE-/IF-SC, datado em 20/11/2009, solicitando prorrogação do prazo de entrega de informações, constantes da SA 01/2009-01 para março de 2010. Tal solicitação deve-se ao acúmulo de tarefas referente à migração de informações para o novo CNPJ do IF-SC.	Auditoria não finalizada em função do atendimento a solicitação de prorrogação de prazo. Sendo prevista sua finalização no ano de 2010.
8	NT-01/2009	Nota Técnica de Auditoria nº 0001/2009-2-UNAI/IF-SC	NT-01/2009/UNAI/IF-SC	A Pró-Reitoria de Ensino está efetuando estudos sobre a Resolução nº 13/2008/CD, fato gerador da Nota Técnica.
9	Resolução	Elaboração e minuta de resolução referente a utilização de veículos oficiais	A minuta encontra-se em análise na Pró-Reitoria de Administração.	Encontra-se em análise da Pró-reitoria de Administração
10	Manual	Elaboração de manual de procedimentos destinado ao setor de patrimônio	Em fase de finalização	A UNAI está formatando o documento final para encaminhamento à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
11	RAINT	Elaboração sistematizada dos trabalhos desenvolvidos pela UNAI no ano de 2008	RAINT/2008	Finalizado e encaminhado para CGU-R/SC
12	PAINT	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2010	PAINT/2010	A UNAI finalizou o PAINT2010 e o encaminhou para a CGU-R/SC, o qual depois de aprovado, foi encaminhado para análise e aprovação do Conselho Superior da Instituição, conforme determina a legislação vigente.
13	PARECER	Elaboração de parecer sobre a prestação de contas do IF-SC	Parecer nº 01/2009	Parecer incluído no Relatório de Prestação de Contas 2008.
14	Rotina administrativa	Participação em reuniões administrativas, assessoramento aos gestores de todo os Campi, elaboração de respostas aos órgãos consultivos e demandas pela comunidade do IF-SC	Atividade rotineira da Unidade de Auditoria Interna.	O assessoramento administrativo aos gestores do IF-SC é uma atividade administrativa rotineira da UNAI
15	Capacitação	Participação em fóruns, cursos e eventos pertinentes às atribuições.	A capacitação dos auditores internos deve ser inserida como uma política constante dentro da instituição. Para 2010, estabeleceu-se um plano de capacitação.	No ano de 2009, os auditores no geral participaram de 03 (três) cursos de Capacitação e 2 (dois) FONAI/MEC.

CAPACITAÇÃO/TREINAMENTOS

Item	Curso	Período Programado	Situação	Quantidade de auditores programados	Quantidade de auditores capacitados	Período	Horas estimadas	Horas realizadas
01	Participação no FONAI/ MEC	Março e Outubro	Realizado	02	02 Sérgio e Nazareno	Junho e Novembro	160	160
02	SIAPE	Maio	Não realizado	02			80	0
03	Suprimento de bens e serviços	Julho	Realizado	02	01 Nazareno	outubro	40(H/h)-80	20
04	Recursos Humanos	Agosto	Realizado	02	01 Sérgio	outubro	40 (H/h)-80	24
05*	Folha de pagamento				01 Sérgio	dezembro		20
TOTAL							400	224

* Curso realizado em dezembro, sobre folha de pagamento no serviço público - não constava na programação do PAINT2009.

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES CONTIDAS NO PAINT/2009.

O percentual de execução das ações de auditoria ficou na ordem de **66%**, enquanto que o percentual das ações não executadas alcançou **34%**. Não está se considerando o procedimento de resposta às consultas providas de todos os *campi* do IF-SC.

Algumas ações não foram estimadas de maneira correta, por exemplo, as atividades de auditoria realizadas no Campus Florianópolis, para as quais havia uma estimativa de 416/horas de trabalho com dois auditores e que, na prática, consumiu em torno de 848 horas. Ressaltamos a dificuldade em se obter algumas informações, considerando o tamanho da estrutura física e organizacional daquele campus. Outro fator é a estrutura da própria UNAI/IF-SC, não adequada para atender as demandas contidas no PAINT. O processo de expansão institucional demandou também diversas consultas formuladas pelos novos *campi* e por aqueles já constituídos e consolidados.

Foram implementadas ainda auditorias de gestão operacional nos *campi* de São José, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Araranguá e Chapecó.

12.1 RECOMENDAÇÕES DA CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

Todas as comunicações, diligências, solicitações de auditorias, solicitações de diligências e relatório de auditorias emanados pela Controladoria-Geral da União no Estado de Santa Catarina (CGU-R/SC), encaminhados ao IF-SC, tiveram seu devido acompanhamento pela Unidade de Auditoria Interna (UNAI) e pela Diretoria Executiva, sendo encaminhados internamente aos *Campi* e as suas respectivas unidades organizacionais.

Para o encaminhamento das determinações, informações requeridas e recomendações, a UNAI e/ou a Diretoria Executiva expediram memorandos às unidades organizacionais do IF-SC, prestando esclarecimentos e/ou encaminhando informações e documentos originários de diversos campus, além de disponibilizar os documentos solicitados pela equipe de auditores da CGU-R/SC.

ATIVIDADES DE AUDITORIAS REALIZADAS NO ANO DE 2009

No ano de 2009, obtivemos da Controladoria Geral da União 02(duas) demandas que resultaram nos relatórios de auditoria nº 224772/2009 e nº 230779/2009, além de 02(duas) que se encontram pendentes, Ordem de Serviço nº 217287/2008 e nº 209440/2008, além de várias solicitações de informações, que foram devidamente respondidas pelos Gestores do IF-SC.

A seguir descreve-se de forma sucinta as auditorias realizadas no ano de 2009 e as que se encontram pendentes de finalização:

AUDITORIAS REALIZADAS PELA CGU EM 2009

Item	Nº da Solicitação de Auditoria e/ou Ordem Serviço	SITUAÇÃO
01	217287/2008	Foi solicitado a UNAI/IF-SC, pela CGU-R/SC (SA217287/02), a continuidade dos trabalhos bem como a sua finalização e elaboração de relatório final. Algumas comissões de PADs já estão finalizando seus trabalhos, para posteriormente efetuarmos os cálculos dos valores a serem ressarcidos aos cofres públicos. Mesmo assim estamos encontrando dificuldades em compor algumas comissões. Para o ano de 2010 intensificaremos os trabalhos para a sua finalização.
02	209440/2008	Pendente de finalização por parte da CGU-R/SC
03	224772/2009	Auditoria finalizada, com emissão do Relatório de Auditoria, Certificado de Auditoria, Parecer do Dirigente do Controle Interno e o Modelo do Plano de Providências. (processo anual de contas – exercício 2008)
04	230779/2009	Auditoria finalizada, emissão do Relatório de Auditoria nº 230779. (atuação da UNAI)

DETALHAMENTO SISTEMATIZADO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 224772.

ITEM	CONSTATAÇÕES
2.1.1.1	Reincidência na emissão de empenhos tendo por credor o próprio IF-SC.
3.1.1.2	Saques em espécie não justificados.
3.1.1.3	Realização de despesas não eventuais mediante Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF).
3.1.1.5	Fornecimento indevido de produto com uso de CPGF.
3.1.1.7	Saques acima do limite permitido em concessão de suprimento de fundos.
4.1.1.1	Pendência na adoção de procedimentos para regularização do sistema de controle patrimonial.
5.2.1.1	Pagamento em duplicidade de diárias.
5.3.1.1	Não atendimento à recomendação da CGU feita no Relatório 160783/2005, relativo à Auditoria de Avaliação da Gestão de 2004, no que se refere a conclusão de Processo Administrativo Disciplinar.
5.3.1.2	Pagamento indevido de vantagem do Art. 192, II, da Lei 8.112/90, em descumprimento à determinação do TCU.
5.3.1.3	Não cumprimento de Decisão do Tribunal de Contas da União quanto ao retorno à ativa de servidor aposentado.
6.1.1.2	Falta de pareceres jurídicos para repetições de editais e lavratura de termos aditivos.
6.1.1.3	Ausência de detalhamento do fundamento legal em extratos de contrato.
6.1.1.4	Inconsistências em cláusulas de contratos e termos aditivos.
6.1.1.6	Pagamento de despesas do IF-SC pela Prefeitura de Araranguá-SC sem a formalização do devido convênio.

6.1.2.1	Falhas na comprovação da compatibilidade do preço frente aos preços de mercado.
6.1.2.2	Retirada e substituição de orçamentos sem o devido registro. Ausência de propostas comerciais em processo licitatório.
6.1.3.2	Falta de anexação de previsão de recursos orçamentários.
6.1.3.3	Documentos institucionais não numerados e com partes do texto suprimidas.
6.1.3.4	Realização de contrato de seguro total veicular sem comprovação da viabilidade técnico-jurídico-financeira.
6.1.4.1	Aquisição indevida de material de consumo por dispensa de licitação.
6.1.4.2	Aquisição de veículo com opcionais não submetidos a parecer jurídico e sem a devida justificativa para a inclusão de tais opcionais.
6.1.4.3	Deficiências no planejamento de aquisições de itens de informática.
6.2.1.4	Falhas no arquivamento da documentação da execução das obras.
6.2.1.8	Ausência de previsão de itens orçamentários relativos à conclusão das obras.
6.2.1.9	Itens contratuais em desacordo com o edital podendo ocasionar dupla interpretação.
6.2.1.10	Falhas na utilização do SINAPI como referencial de preços.
6.2.1.11	Falhas na emissão dos Termos de Recebimentos das Obras.
6.2.1.12	Inexistência de Parecer Jurídico referente a termos aditivos de obra.
6.2.1.15	Contratação do aditivo 02/08 cuja parte do escopo descumpra parecer jurídico.
6.2.1.16	Superfaturamento no item 4 (Instalações Elétricas) do aditivo nº 01/08 ao contrato nº 295/2007 no montante de R\$ 18.649,88.
6.2.1.17	Pendência na adoção de medidas necessárias à regularização dos serviços de monitoramento eletrônico contratados.
6.2.1.18	Falhas na fiscalização da execução de contratos. Ausência de relatórios e demais documentos produzidos na fiscalização da execução de contrato e realização de obra.
6.2.1.19	Não exigência de comprovação da efetiva participação de servidores em cursos, treinamentos e capacitações.
7.2.1.1	Carência de pessoal para o desenvolvimento de atividades relativas à Auditoria Interna do IF-SC. Fragilidades na atuação da UNAI e na formatação de informações do RAIN 2008.

Obs: As constatações elencadas encontram-se justificadas no Plano de Providências nº 224772.

DETALHAMENTO RESUMIDO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTROLE DA GESTÃO Nº 230779

(Atuação da Unidade de Auditoria Interna do IF-SC)

Item	CONSTATAÇÕES	RECOMENDAÇÕES
3.1.1.2	Ausência de acompanhamento do atendimento às determinações/recomendações do TCU, da CGU e da própria Auditoria Interna. Carência de pessoal na UNAI/IF-SC.	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Inicialmente, cabe reiterar as recomendações contidas nas constatações 060 (item 7.2.1.1) e 061 (item 7.2.1.2) do Relatório de Auditoria da CGU nº 224772, com especial ênfase na reestruturação da UNAI/IF-SC, que deverá ampliar o número de servidores de modo a atender adequadamente o universo de atividades e auditorias a realizar no âmbito do IF-SC (principalmente devido às obras de expansão e à maior demanda de trabalho preventivo e corretivo surgido a partir da expansão da Entidade) e cumprir a contento as atividades previstas em seu PAINT.</p> <p>Além disso, tendo em vista o elevado número de Campi do IF-SC pelo interior de Santa Catarina, seria recomendável ter ao menos um auditor interno em cada Campus sob comando da UNAI/IF-SC.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Viabilizar e ministrar treinamentos e capacitações para a equipe da UNAI/IF-SC durante o Exercício de 2010 no tocante às suas atividades e ao que for programado no PAINT 2010.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Estabelecer e executar rotinas de acompanhamento efetivo do atendimento das recomendações e determinações de auditorias realizadas pela CGU, pelo TCU e pela própria UNAI/IF-SC, priorizando tal atividade em relação a outras e independentemente da necessária ampliação do quadro de pessoal da UNAI.</p>
3.1.1.3	Ausência de programa de auditoria com procedimentos definidos.	Elaborar um programa de auditoria com procedimentos que contemplem técnicas, detalhamentos e testes suficientes para o atingimento dos objetivos dos trabalhos, dentro do escopo maior que já começou a ser tratado com a UNAI/IF-SC de reformulação e aprimoramento dos trabalhos da UNAI.
3.1.1.4	Relatórios de Auditoria da UNAI com necessidade de reestruturação e reformatação. Foi verificado que os relatórios da Auditoria Interna do IF-SC ainda não estão adequadamente estruturados, causando dúvidas quanto aos problemas identificados em seus trabalhos.	Dentro da proposta de aprimoramento dos trabalhos de auditoria interna do IF-SC e de fortalecimento da UNAI/IF-SC, deverá ser buscada uma padronização e uma readequação da estrutura dos relatórios de auditoria da UNAI. Como sugestão, pode-se adotar a estrutura utilizada nos relatórios desta CGU.

12.2 PLANO DE PROVIDÊNCIAS

12.2.5 PLANO DE PROVIDÊNCIAS Nº 224772

- atualizado em novembro/2009 -

Unidade Auditada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Código: 153025

Exercício: 2009

Relatório Auditoria: 224772

Data: 13/11/2009

2.1.1.1

Reincidência na emissão de empenhos tendo por credor o próprio IF-SC.

RECOMENDAÇÃO: 01			
O IF-SC deverá abster-se de realizar empenhos em nome da própria unidade, visto a previsão legal incluída na LOA 2009 de reaproveitamento de saldo orçamentário não utilizado na área de educação, bem como o desrespeito à legislação vigente - Lei n.º 4.320/64, em especial aos artigos 58 e 61.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Determinação ao financeiro para não efetuar empenho em nome do IF-SC dos valores não gastos no exercício de 2009.	Concluída	Orientação repassada em outubro 2009 conforme memorando circular 320/GABINETE (anexo I)	Consuelo A.S.Santos

RECOMENDAÇÃO: 002			
No caso de projetos que ultrapassem o exercício financeiro, buscar celebrar termos de cooperação, com base na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n.º 127/2008 e no Decreto nº 6.170/2007, uma vez que, nestes casos, há previsão de realização de despesas em exercícios futuros, garantindo, inclusive, consignação de crédito no orçamento de exercícios subsequentes.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Determinação ao financeiro do IF-SC para observar os preceitos legais elencados na recomendação 002.	Concluída	Orientação repassada em outubro 2009 conforme memorando circular 320/GABINETE (anexo I)	Consuelo A.S.Santos

RECOMENDAÇÃO: 003			
O IF-SC deverá apurar a responsabilidade pela reincidência na emissão de empenhos tendo por credor a própria unidade, tendo em vista a continuidade de tal prática e a identificação de, pelo menos, 14 empenhos em tal situação cujos recursos não foram liberados ao final de 2008.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Instauração de processo de instrução prévia para apurar responsabilidades no empenho de créditos em nome do IF-SC.	Prazo para conclusão: 15/12/2009	Portaria 897 expedida em 06/10/2009. Servidor Indicado: Regina Rogério Prazo: 15/12/2009(anexo II)	Regina Rogério

3.1.1.2

Saques em espécie não justificados.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Realizar saques em espécie em caráter excepcional, somente na impossibilidade da utilização em estabelecimento afiliado para pagamento em fatura, sempre acompanhados de justificativa formal para cada saque eventualmente realizado.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Capacitação presencial com os supridos para reorientar a utilização do cartão.	Concluída	Reunião/capacitação realizada. (anexo III)	Rimenez Tuon
Adoção do Sistema de Cartões de Pagamento do governo Federal.	Concluída	Sistema implantado em julho/2009, com lançamento das notas/saques de compras no sistema. Sistema lançado via comprasnet.gov.br (anexo III)	Rimenez Tuon

3.1.1.3

Realização de despesas não eventuais mediante Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF).

RECOMENDAÇÃO: 001			
Restringir o uso do CPGF a despesas eventuais, não previsíveis e que necessitem de pronto pagamento e, nos demais casos, como na aquisição de periódicos e revistas, submeterem-se ao rito ordinário de realização das despesas públicas.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Capacitação presencial com os supridos para reorientar a utilização do cartão.	Concluída	Reunião/capacitação realizada. (anexo III)	Rimenez Tuon
Adoção do Sistema de Cartões de Pagamento do governo Federal.	Concluída	Sistema implantado em julho/2009, com lançamento das notas/saques de compras no sistema. Sistema lançado via comprasnet.gov.br (anexo III)	Rimenez Tuon

RECOMENDAÇÃO: 002			
Utilizar o Sistema de Registro de Preços ou realizar o devido processo licitatório para a aquisição de produtos de uso contínuo na Entidade, como material de informática.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Adoção do sistema de registro de preços.	Concluída	Sistema utilizado desde fevereiro de 2009. Até a data de 12 de novembro/2009 foram realizados 50 processos de registro de preços, com estimativa de este número chegar a 70 até o final do ano. (anexo IV) Com a adoção do SRP (sistema de registro de preços) constatamos queda de 60% no número de dispensas do ano de 2008 para 2009.	Walquíria Martins
RECOMENDAÇÃO: 003			

Efetuar o pagamento das despesas relativas ao licenciamento das viaturas mediante dispensa de licitação, com emissão de ordem bancária ao favorecido, ao invés do suprimento de fundos.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Realização pagamento com ordem bancária diretamente ao DETRAN.	Concluída	As taxas de licenciamento das viaturas IF-SC já estão sendo pagas via ordem bancária. (anexo V)	Márcio Andrey Matos

RECOMENDAÇÃO: 004			
Realizar contratação de fornecedor para prestação dos serviços de manutenção de veículos, considerando ser serviço continuado e necessário às viaturas da Entidade, evitando a contratação de tais serviços por meio de suprimento de fundos.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Realização do pregão 41/2009 para contratação de empresa para prestação desses serviços através de créditos em cartões magnéticos e personalizados por veículo. -Implantação do sistema via cartões, por Campi, com treinamento para fiscais e chefe de departamento de administração.	Concluída	O Contrato 78/2008 foi assinado com a Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios- HOM Ltda. O Sistema foi implantado e está em funcionamento nos diferentes campi do IF-SC. (anexo VI)	Mari Neia Valicheski

3.1.1.4

Pagamento de despesa em duplicidade com suprimento de fundos.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Reforçar os controles internos, buscando evitar que situações análogas ocorram, cotejando as prestações de contas com os documentos comprobatórios das despesas realizadas.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Capacitação presencial com os supridos para reorientar a utilização do cartão.	Concluída	Reunião/capacitação realizada. (anexo III)	Rimenez Tuon
Adoção do Sistema de Cartões de Pagamento do governo Federal.	Concluída	Sistema implantado em julho/2009, com lançamento das notas/saques de compras no sistema. Sistema lançado via comprasnet.gov.br (anexo III)	Rimenez Tuon

3.1.1.5

Fornecimento indevido de produto com uso de CPGF.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Realizar despesas mediante suprimento de fundos, com o uso de CPGF, somente quando estas forem, de forma concomitante, eventuais, de pequeno vulto e que exijam pronto pagamento. Caso contrário, submeter tais despesas ao rito ordinário das despesas públicas.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Capacitação presencial com os supridos para reorientar a utilização do cartão.	Concluída	Reunião/capacitação realizada. (anexo III)	Rimenez Tuon

Adoção do Sistema de Cartões de Pagamento do governo Federal.	Concluída	Sistema implantado em julho, com lançamento das notas/saques de compras no sistema. Lançado comprasnet.gov.br (anexo III)	Rimenez Tuon
---	-----------	--	--------------

RECOMENDAÇÃO: 002

Sanar as fragilidades constatadas, com vistas a impedir a reincidência das falhas verificadas, as quais possibilitaram o recebimento de produtos que não haviam sido adquiridos pela Entidade.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Reunião de trabalho com chefes de departamento administração e coordenadorias de compras dos campi, para orientação sobre a forma de aquisição de produtos.	Em andamento	Foram realizadas 02 reuniões com os Chefes de Departamento de Administração dos campi do IF-SC para orientação sobre a aquisição de produtos e/ou serviços e outras questões levantadas pelos participantes. A reunião foi noticiada no link. (anexo VII)	Rosangela Casarotto

3.1.1.6

Documentos sem assinatura em prestações de contas de suprimentos de fundos.

RECOMENDAÇÃO: 001

Reforçar junto aos supridos, bem como daqueles que revisam e aprovam as prestações de contas, a necessidade de respeitar as formalidades dos processos administrativos, garantindo que todos os documentos estejam devidamente assinados.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Capacitação presencial com os supridos para reorientar a utilização do cartão.	Concluída	Reunião/capacitação realizada. (anexo III)	Rimenez Tuon
Adoção do Sistema de Cartões de Pagamento do governo Federal.	Concluída	Sistema implantado em julho/2009, com lançamento das notas/saques de compras no sistema. Sistema lançado via comprasnet.gov.br (anexo III)	Rimenez Tuon

3.1.1.7

Saques acima do limite permitido em concessão de suprimento de fundos.

RECOMENDAÇÃO: 001

Realizar adequado planejamento das aquisições e respeitar o limite de saque em espécie autorizado em cada concessão.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Capacitação presencial com os supridos para reorientar a utilização do cartão.	Concluída	Reunião/capacitação realizada. (anexo III) Vale ressaltar que o IF-SC vem diminuindo ao longo dos três últimos anos o valor de utilização do cartão: 2007 – R\$ 187.797,83 2008 – R\$ 82.777,64 2009 até 06 de novembro: R\$ 49.270,14	Rimenez Tuon

Organização/ divisão de compras entre os campi para otimizar e agilizar as aquisições.	Concluída.	Realizada reunião de trabalho com as coordenadorias de compras dos campi para organizar cronograma e dividir as compras do IF-SC. Este cronograma é atualizado semestralmente, inclusive o de 2010/1 já está estabelecido. (anexo XVI)	Walquíria Martins
--	------------	--	-------------------

4.1.1.1

Pendência na adoção de procedimentos para regularização do sistema de controle patrimonial.

RECOMENDAÇÃO: 001

Efetuar inventário dos bens, atualizando e unificando a identificação dos bens patrimoniais, conforme determinado pelo TCU, utilizando a estrutura própria da Entidade.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Realização levantamento patrimonial no campus Florianópolis.	30/11/2009	O levantamento patrimonial com a identificação dos bens e unificação das etiquetas está próximo a 100% de conclusão (anexo XXVIII). Foram contratados 14 bolsistas para auxiliar os servidores dos departamentos no levantamento patrimonial.	Sérgio Seitisi Uda
Atualização e unificação da identificação patrimonial do campus Florianópolis.	Em andamento	A unificação das etiquetas está praticamente 100% concluída. O cruzamento das informações e transferências dos bens já foi iniciado, com término previsto para o primeiro semestre de 2010. (anexo XXVIII).	Sérgio Seitisi Uda

RECOMENDAÇÃO: 002

Reestruturar a área responsável pelo controle patrimonial do IF-SC, dotando-a da estrutura necessária para a realização de suas atividades precípuas, bem como estabelecer controles adequados de seus bens, de modo a evitar os riscos inerentes à ausência do devido inventário patrimonial e à possibilidade de desaparecimento ou utilização indevida de seus bens.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Elaboração uma proposta para reestruturar o setor de patrimônio do campus Florianópolis.	Em andamento	Proposta elaborada e em apreciação no colegiado executivo do campus Florianópolis. (anexo XXVIII).	Noacir Rodrigues Sérgio S. Uda
Adequação da força de trabalho por meio de remoção interna de servidores.	15/12/2009	Proposta de capacitação elaborada e em apreciação no colegiado para implantação em 2010. Levantamento realizado. Os estudos de adequação interna dos servidores estão sendo executados pela Coord. de Gestão de pessoas do Campus.	Noacir Rodrigues Sérgio Seitisi Uda
Normatização dos processos de Gestão patrimonial no campus Florianópolis.	15/12/2009	Proposta elaborada e em apreciação no colegiado executivo do campus Florianópolis. (anexo XXVIII).	Noacir Rodrigues Sérgio Uda.
Capacitação dos servidores do patrimônio	15/12/2009	Proposta de capacitação elaborada e em apreciação no colegiado para implantação em 2010.	Noacir Rodrigues Sérgio Uda.

RECOMENDAÇÃO: 003

Apurar responsabilidade pela pendência na adoção de procedimentos para regularização do sistema de controle patrimonial.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
------------------------------------	-------	------------------------	-------------

Instauração de processo de INSTRUÇÃO PRÉVIA p/apurar responsabilidades na gestão patrimonial do campus Florianópolis.	Em andamento	Portaria Emitida em 11/11/2009. Número 1014. Servidor designado: Márcio Andrey de Matos. Prazo: 60dias (fase de coleta de assinatura) (anexo VIII)	Regina Rogério
---	--------------	--	----------------

5.2.1.1

Pagamento em duplicidade de diárias.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Efetivar o recolhimento dos valores percebidos indevidamente pelos servidores de matrícula SIAPE 1586567 e 6277686, nos termos da manifestação da Unidade.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Recolhimento, via GRU, dos valores referentes a diárias recebidas indevidamente pelos servidores Carlos Antônio Queiroz, Matrícula SIAPE 6277686 e Gleicy Corrêa Nunes, Matrícula SIAPE 1586567.	Concluída	Recolhimento realizado. Cópias das GRUs no anexo IX.	Delmar Moreira Coutrin

RECOMENDAÇÃO: 002			
Realizar levantamento de todas as diárias concedidas no exercício 2008, buscando identificar casos de pagamento indevido, adotando as medidas cabíveis nos casos eventualmente detectados.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Levantamento das diárias concedidas no exercício de 2008, a fim de identificar possíveis pagamentos indevidos.	Parcial concluída	O levantamento foi concluído em outubro 2009. (anexo X) Este trabalho encontra-se na fase de comunicação aos servidores para ressarcimento dos valores recebidos indevidamente.	Delmar Moreira Coutrin

RECOMENDAÇÃO: 003			
Alterar a rotina de concessão de diárias, visando impedir a reincidência das irregularidades apontadas.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Implantação e implementação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP do Governo Federal, possibilitando que as requisições sejam feitas por meio de terminais eletrônicos, permitindo um maior controle físico e financeiro das diárias e passagens, evitando a redundância e a conseqüente inconsistência de dados.	Concluída	Sistema (SCDP) foi implantado no IF-SC em março de 2009.	Delmar Moreira Coutrin

Descentralização da requisição das diárias nos campi do IF-SC	Concluída	A descentralização das solicitações de diárias por campi já foi realizada. Cada campus designou um servidor que lança no sistema as solicitações. (anexo XI)	Delmar Moreira Coutrim
---	-----------	--	------------------------

RECOMENDAÇÃO: 004

Efetuar os descontos de vale alimentação e vale transporte com base nos dias de efetivo deslocamento dos beneficiários, conforme determinam o Ofício-Circular n. ° 03/SRH/MP, de 01.02.02, e o Ofício n. ° 335/2001-COGLE/SRH, de 09.10.01.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
O SCDP realiza o cálculo automático dos valores das diárias, despesas com locomoção e descontos com vale refeição, dentro de tabelas específicas.	Concluída	O Sistema (SCDP) implantado em 2009 faz o calculo automático dos valores devidos.	Delmar Moreira Coutrin

5.3.1.1

Não atendimento à recomendação da CGU feita no Relatório 160783/2005, relativo à Auditoria de Avaliação da Gestão de 2004, no que se refere a conclusão de Processo Administrativo Disciplinar.

RECOMENDAÇÃO: 001

Que a Unidade ultime as ações para atendimento à recomendação da CGU, documentando os procedimentos adotados para posterior prestação de contas.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Remessa do processo 23145000097/2004-43 a SRH/MPOG.	Aguardo de manifestação do MPOG	Envio do processo ao MPOG para apreciação da secretaria de recursos humanos.	Regina Rogério
Publicação de portaria compondo comissão de PAD para servidores participantes do quadro diretivo de Cooperativas.	Em andamento	Portaria publicada Número 891 de 06 de outubro de 2009 Prazo: 60 dias. Membros: Regina Rogério, Raquel Lílian Cerqueira e Sandra F. Lorenzi. (anexo XII)	Gílson Moraes

5.3.1.2

Pagamento indevido de vantagem do Art. 192, II, da Lei 8.112/90, em descumprimento à determinação do TCU.

RECOMENDAÇÃO: 001

A Unidade deverá, de imediato, suspender o pagamento da vantagem do Art.192 e fazer levantamento dos valores pagos indevidamente para fins de ressarcimento ao Erário, mantendo a CGU informada do andamento dos trabalhos.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
---	--------------	-------------------------------	--------------------

Levantamento do pagamento indevido da vantagem art.192.	Concluída	O levantamento foi realizado com a seguinte constatação: os servidores relacionados a seguir estavam percebendo indevidamente a referida vantagem: Antônio Henrique Bulcão Vianna (houve reposição ao erário); Asteria Maria Natel Barzan (houve reposição ao erário); Elenita de Azevedo da Luz Vieira (Ação 2007.72.00.001095-0/SC p/não reduzir o valor da referida vantagem). (anexo XIII)	Gilson Moraes Janice Gaia. Roselea Scheibler
---	-----------	--	--

RECOMENDAÇÃO: 002

A Unidade deverá instituir controles internos que garantam o acompanhamento e atendimento tempestivo das diligências dos órgãos de controle.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Acompanhamento do atendimento às solicitações do TCU e CGU junto aos setores do IF-SC.	Dez/2009	Plano de providências atualizado em novembro de 2009.	Regina Rogério Mari Néia Sérgio Souza

5.3.1.3

Não cumprimento de Decisão do Tribunal de Contas da União quanto ao retorno à ativa de servidor aposentado.

RECOMENDAÇÃO: 001

A Unidade deverá fazer os acertos na folha de pagamento do servidor, cujos proventos deverão ser proporcionais ao tempo de serviço apontado na Decisão TCU 264/1996 - Primeira Câmara, bem como fazer levantamento dos valores pagos indevidamente e promover o ressarcimento ao Erário.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Comunicação formal ao servidor da decisão do TCU para retorno ao trabalho e posterior adequação da folha de pagamento.	Aguardando reexame do TCU	Ofício enviado ao referido servidor (Of.nº. 388/2009). Servidor solicitou reexame junto ao TCU. O IF-SC aguarda decisão do TCU.	Gilson Moraes

RECOMENDAÇÃO: 002

É praxe do Tribunal, determinar em julgamentos pela ilegalidade de atos de pessoal, a emissão de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades, que devem ser encaminhados de acordo com o prescrito na IN TCU 55/2007. Dessa forma, recomendamos que a Unidade faça a reinserção de ficha SISAC do servidor de Matrícula SIAPE 0277823. Recomendamos ainda, que a Unidade faça levantamento de todos os julgamentos pela ilegalidade em suas concessões de aposentadoria e pensão, a fim de verificar outros casos em que se deva inserir novas fichas no Sistema SISACNET, com vista à apreciação e julgamento por parte daquela Corte de contas. Tal atividade deverá ser documentada para fins de averiguação posterior por parte desta CGU.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Reinserção da ficha Sisac do servidor Orcante, matrícula 027782.	Aguardando reexame do TCU	Ofício enviado ao referido servidor (Of. nº. 388/2009). Servidor solicitou reexame junto ao TCU. O IF-SC aguarda decisão do reexame junto ao TCU.	Gilson Moraes Janice Gaia Roselea Scheibler

6.1.1.2

Falta de pareceres jurídicos para repetições de editais e lavratura de termos aditivos.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Submeter todos os procedimentos licitatórios à análise e parecer jurídico, incluindo seus atos e contratos decorrentes, termos aditivos e repetições de editais.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Solicitação de análise jurídica em todos os processos licitatórios.	concluída	Em 2009 nenhum processo licitatório está sendo realizado sem a análise e parecer jurídico da PGF.	Walquíria Martins
Reunião com fiscais de contrato para orientação, a fim de que a manifestação sobre os aditivos de contratos ocorra com a antecedência necessária para a renovação.	concluída	Reunião realizada pelo gestor de contratos com os fiscais de contratos.	Rosangela Casarotto
Capacitação nos Campi, para os fiscais de contratos de serviços terceirizados, para efetuarem a medição no sistema SICON e repasse de informações relativas a fiscalização dos contratos.	concluída	A capacitação foi realizada em todos os campi, com orientações do gestor de contratos do IF-SC.	Walquíria Martins

6.1.1.3

Ausência de detalhamento do fundamento legal em extratos de contrato.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Nos próximos procedimentos licitatórios do IF-SC, detalhar seu fundamento legal e citar o artigo da Lei "8.666/93 correspondente".			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Alteração nos modelos documentos disponibilizados na Intranet, utilizados pelos setores de compras dos campi, para a informação constar nos processos.	Concluída	Reunião realizada e modelos alterados na Intranet.	Érico A. Madruga.

6.1.1.4

Inconsistências em cláusulas de contratos e termos aditivos.

RECOMENDAÇÃO: 002			
Criar rotina de revisão da documentação contratual elaborada, antes de sua assinatura, de forma a não pactuar com terceiros por meio de documentos que possuam erros em cláusulas.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Revisão nos modelos dos documentos disponibilizados intranet.	Concluída	Revisão realizada e documentos atualizados na intranet.	Érico A. Madruga.
Análise e revisão dos contratos.	30/12/2009	Em andamento, em revisão pelo gestor de contratos do IF-SC.	Walquíria Martins

6.1.1.5

Documentação com numeração seqüencial do processo indevidamente alterada.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Documentos novos devem ser anexados na continuação do processo, de forma que aqueles de data posterior não sejam anexados antes dos de data anterior, respeitando-se o histórico dos atos.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Reinserção da ficha Sisac do servidor Orcante, matrícula 027782.	Aguardando reexame do TCU	Ofício enviado ao referido servidor (Of. nº. 388/2009). Servidor solicitou reexame junto ao TCU. O IF-SC aguarda decisão do reexame junto ao TCU.	Gilson Moraes Janice Gaia Roselea Scheibler

RECOMENDAÇÃO: 002			
Nos casos indispensáveis, ao realizar renumeração de folhas nos autos do processo, fazer constar justificativa para as respectivas alterações.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos licitatórios.	15/12/2009 elaboração da IN-02.	A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam: IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV) Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009. IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.	Érico A. Madruga. Rosangela Casarotto

RECOMENDAÇÃO: 003			
Quanto à anexação nos autos processuais, devem ser observados os dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e no que couber, da Lei n.º 9784/1999.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos licitatórios.	15/12/2009 para elaboração da IN-02.	A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam: IN -01 – Editada em out/2009 encontra-se em uso pelos campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV). Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009. IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.	Érico A. Madruga. Rosangela Casarotto

6.1.1.6

Pagamento de despesas do IF-SC pela Prefeitura de Araranguá-SC sem a formalização do devido convênio.

RECOMENDAÇÃO: 001

Nos próximos casos de interesse comum na realização de obras, formalizar, mediante convênio, as responsabilidades do IF-SC e das outras partes envolvidas.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Formalização de convênios para parcerias na construção e/ou modernização dos campi do IF-SC.	30/11/2009	Em discussão no Colégio de Dirigentes, aguardando a normatização das atividades de extensão. O IF-SC acata a recomendação e não aceitará mais nenhuma doação sem a formalização de termos de convênio/doação.	Rosângela Casarotto

6.1.2.1

Falhas na comprovação da compatibilidade do preço frente aos preços de mercado.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Nos próximos procedimentos licitatórios do IF-SC (incluindo a aquisição direta), realizar pesquisa de preços demonstrando a coerência dos valores cobrados, mesmo que não haja opção quanto à Pessoa Jurídica a ser contratada (nos casos de inexigibilidade de licitação).			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos.	15/12/2009 para elaboração da IN-02.	A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam: IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV) Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009. IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.	Érico A. Madruga Rosângela Casarotto

Reuniões de trabalho com setores de compras dos campi para apresentação, encaminhamentos e acompanhamento das recomendações da CGU.	Concluída	<p>Foram realizadas 02 reuniões com os representantes dos campi para organização dos processos licitatórios: a primeira em agosto e a segunda em outubro/2009.</p> <p>Os temas abordados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recomendações CGU e TCU. - Procedimentos internos/ retificações de processos. - Definição dos cronogramas 2009/3 e 2010/1 - Esclarecimentos dúvidas/sugestões. <p>Aconteceram também reuniões nos Campi (Araranguá, Chapecó, Jaraguá, Joinville, São José, Continente e Florianópolis) no período de agosto a outubro.</p> <p>Os temas abordados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitação dos servidores - SRP (Sistema de registro de preços) - Legislação 10520/8666 - Procedimentos internos - Recomendações CGU e TCU - Áreas requerentes: pedidos orçamentos legislação. <p>Total de reuniões/capacitações: 09</p>	Walquíria Martins Érico A. Madruga
Recomendação p/inclusão nos processos a partir de julho/2009 no quadro demonstrativo de preços. O período da pesquisa e as datas deverão estar identificados em cada orçamento.	Concluída	Recomendação acatada e colocada em prática nos processos do segundo semestre de 2009. (anexo XVII)	Walquíria Martins

RECOMENDAÇÃO: 002

No quadro demonstrativo de preços, incluir a data de referência de cada cotação, que deve ser relativa ao período do contrato original.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos.	15/12/2009 para elaboração da IN-02.	<p>A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam:</p> <p>IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV)</p> <p>Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009.</p> <p>IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.</p>	Érico A. Madruga Rosângela Casarotto

<p>Reuniões de trabalho com setores de compras dos campi para apresentação, encaminhamentos e acompanhamento das recomendações da CGU.</p>	<p>Concluída</p>	<p>Foram realizadas 02 reuniões com os representantes dos campi para organização dos processos licitatórios uma em agosto/2009 e a segunda em outubro/2009. Os temas abordados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recomendações CGU e TCU. • Procedimentos internos/retificações de processos. • Definição dos cronogramas 2009/3 e 2010/1 • Esclarecimentos dúvidas/sugestões. <p>Aconteceram também reuniões nos Campi (Araranguá, Chapecó, Jaraguá, Joinville, São José, Continente e Florianópolis) no período de agosto a outubro. Os temas abordados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos servidores • SRP (Sistema de registro de preços) • Legislação 10520/8666 • Procedimentos internos • Recomendações CGU e TCU • Áreas requerentes: pedidos, orçamentos, legislação. <p>Total de reuniões/capacitações: 09</p>	<p>Walquíria Martins Érico A. Madruga</p>
--	------------------	---	---

RECOMENDAÇÃO: 003

Caso haja orçamentos discrepantes da média dos preços pesquisados (para maior ou para menor), realizar novas cotações para, confirmada a disparidade, substituir o valor discrepante e registrar tal procedimento (com a devida justificativa no quadro demonstrativo de preços).

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
<p>Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos.</p>	<p>15/12/2009 para elaboração da IN-02.</p>	<p>A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam:</p> <p>IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV)</p> <p>Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009.</p> <p>IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.</p>	<p>Érico A. Madruga. Rosângela Casarotto</p>

<p>Reuniões de trabalho com setores de compras dos campi para apresentação, encaminhamentos e acompanhamento das recomendações da CGU.</p>	<p>Concluída</p>	<p>Foram realizadas 02 reuniões com os representantes dos campi para organização dos processos licitatórios uma em agosto/2009 e a segunda em outubro/2009. Os temas abordados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recomendações CGU e TCU. • Procedimentos internos/retificações de processos. • Definição dos cronogramas 2009/3 e 2010/1 • Esclarecimentos dúvidas/sugestões. <p>Aconteceram também reuniões nos Campi (Araranguá, Chapecó, Jaraguá, Joinville, São José, Continente e Florianópolis) no período de agosto a outubro. Os temas abordados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos servidores • SRP (Sistema de registro de preços) • Legislação 10520/8666 • Procedimentos internos • Recomendações CGU e TCU • Áreas requerentes: pedidos, orçamentos, legislação. <p>Total de reuniões/capacitações: 09</p>	<p>Walquíria Martins Érico A. Madruga</p>
--	------------------	---	---

6.1.2.2

Retirada e substituição de orçamentos sem o devido registro. Ausência de propostas comerciais em processo licitatório.

RECOMENDAÇÃO: 001			
<p>Não eliminar ou alterar orçamentos do processo, nem qualquer outro documento, sem anexar termo de retirada e a devida justificativa.</p>			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável

Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos.	15/12/2009 para elaboração da IN-02.	A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam: IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV) Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009. IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.	Érico A. Madruga. Rosângela Casarotto
Reuniões de trabalho com setores de compras dos campi para apresentação, encaminhamentos e acompanhamento das recomendações da CGU.	Concluída	Foram realizadas 02 reuniões com os representantes dos campi para organização dos processos licitatórios uma em agosto/2009 e a segunda em outubro/2009. Os temas abordados foram: <ul style="list-style-type: none"> • Recomendações CGU e TCU. • Procedimentos internos/retificações de processos. • Definição dos cronogramas 2009/3 e 2010/1 • Esclarecimentos dúvidas/sugestões. Aconteceram também reuniões nos Campi (Araranguá, Chapecó, Jaraguá, Joinville, São José, Continente e Florianópolis) no período de agosto à outubro. Os temas abordados foram: <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos servidores • SRP (Sistema de registro de preços) • Legislação 10520/8666 • Procedimentos internos • Recomendações CGU e TCU • Áreas requerentes: pedidos, orçamentos, legislação. Total de reuniões/capacitações: 09	Walquíria Martins Érico A. Madruga

6.1.3.2

Falta de anexação de previsão de recursos orçamentários.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Para todos os procedimentos licitatórios, anexar a previsão de recursos orçamentários, antes do encaminhamento para análise e parecer jurídico.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável

Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos.	15/12/2009 para elaboração da IN-02.	A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam: IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV) Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009. IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.	Érico A. Madruga. Rosângela Casarotto
Reuniões de trabalho com setores de compras dos campi para apresentação, encaminhamentos e acompanhamento das recomendações da CGU.	Concluída	Foram realizadas 02 reuniões com os representantes dos campi para organização dos processos licitatórios uma em agosto/2009 e a segunda em outubro/2009. Os temas abordados foram: . Recomendações CGU e TCU. . Procedimentos internos / retificações de processos. . Definição dos cronogramas 2009/3 e 2010/1. . Esclarecimentos dúvidas / sugestões. Aconteceram também reuniões nos Campi (Araranguá, Chapecó, Jaraguá, Joinville, São José, Continente e Florianópolis) no período de agosto a outubro. Os temas abordados foram: <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos servidores • SRP (Sistema de registro de preços) • Legislação 10520/8666 • Procedimentos internos • Recomendações CGU e TCU • Áreas requerentes: pedidos, orçamentos, legislação. Total de reuniões/capacitações: 09	Walquíria Martins Érico A. Madruga

6.1.3.3

Documentos institucionais não numerados e com partes do texto suprimidas.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Realizar a adequada numeração documental dos documentos institucionais.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável

Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos licitatórios.	15/12/2009 para elaboração da IN-02.	A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam: IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV) Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009. IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.	Érico A. Madruga. Rosângela Casarotto
Reuniões de trabalho com setores de compras dos campi para apresentação, encaminhamentos e acompanhamento das recomendações da CGU.	Concluída	Foram realizadas 02 reuniões com os representantes dos campi para organização dos processos licitatórios uma em agosto/2009 e a segunda em outubro/2009. Os temas abordados foram: <ul style="list-style-type: none"> • Recomendações CGU e TCU. • Procedimentos internos/retificações de processos. • Definição dos cronogramas 2009/3 e 2010/1 • Esclarecimentos dúvidas/sugestões. Aconteceram também reuniões nos Campi (Araranguá, Chapecó, Jaraguá, Joinville, São José, Continente e Florianópolis) no período de agosto a outubro. Os temas abordados foram: <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos servidores • SRP (Sistema de registro de preços) • Legislação 10520/8666 • Procedimentos internos • Recomendações CGU e TCU • Áreas requerentes: pedidos, orçamentos, legislação. Total de reuniões/capacitações: 09	Walquíria Martins Èrico Madruga
Revisão documental nos processos licitatórios	30/12/2209	Em andamento.	Walquíria Martins

RECOMENDAÇÃO: 002

Proceder à conferência e providenciar correção documental, impedindo a expedição de documentos com erros, como, por exemplo, com supressão de partes de palavras por falhas de impressão, falta de número de ordem, ou não datado.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
------------------------------------	-------	------------------------	-------------

Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos licitatórios.	15/12/2009 para elaboração da IN-02.	A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam: IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV) Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009. IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.	Érico A. Madruga. Rosângela Casarotto
Reuniões de trabalho com setores de compras dos campi para apresentação, encaminhamentos e acompanhamento das recomendações da CGU.	Concluída	Foram realizadas 02 reuniões com os representantes dos campi para organização dos processos licitatórios, uma em agosto e a segunda em outubro/2009. Os temas abordados foram: <ul style="list-style-type: none"> • Recomendações CGU e TCU. • Procedimentos internos/retificações de processos. • Definição dos cronogramas 2009/3 e 2010/1 • Esclarecimentos dúvidas/sugestões. Aconteceram também reuniões nos Campi (Araranguá, Chapecó, Jaraguá, Joinville, São José, Continente e Florianópolis) no período de agosto à outubro. Os temas abordados foram: <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos servidores • SRP (Sistema de registro de preços) • Legislação 10520/8666 • Procedimentos internos • Recomendações CGU e TCU • Áreas requerentes: pedidos, orçamentos, legislação. Total de reuniões/capacitações: 09	Walquíria Martins Érico A. Madruga.
Realização de revisão documental nos processos licitatórios	30/12/2009	Em andamento.	Walquíria Martins

6.1.3.4

Realização de contrato de seguro total veicular sem comprovação da viabilidade técnico-jurídico-financeira.

RECOMENDAÇÃO: 001

Com base na IN n.º 183/1986 da Secretaria de Administração Federal, comprovar o atendimento às condições para a realização de seguro veicular, bem como justificar a necessidade e viabilidade técnico-financeira da realização de seguro veicular de frota, observada a previsão legal de ressarcimento pelo agente causador do dano

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Realização de levantamento das ocorrências de sinistros.	30/11/2009	Em andamento.	Walquíria Martins
Levantamento da demanda de viagens realizadas e já programadas para o ano de 2009 com os veículos oficiais, com indicação da direção por motorista oficial ou por servidor do IF-SC.	30/11/2009	Em andamento.	Márcio A. Matos

RECOMENDAÇÃO: 002

Indicar a fundamentação legal em todos os seus atos administrativos, comprovando sua motivação, inclusive nos casos de contratação de seguros.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos licitatórios.	15/12/2009 para elaboração da IN-02.	A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam: IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV) Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009. IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.	Érico A. Madruga. Rosângela Casarotto

<p>Reuniões de trabalho com setores de compras dos campi para apresentação, encaminhamentos e acompanhamento das recomendações da CGU.</p>	<p>Concluída</p>	<p>Foram realizadas 02 reuniões com os representantes dos campi para organização dos processos licitatórios uma em agosto/2009 e a segunda em outubro/2009. Os temas abordados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recomendações CGU e TCU. - Procedimentos internos/ retificações de processos. - Definição cronogramas 2009/3 e 2010/1 - Esclarecimentos dúvidas/sugestões. <p>Aconteceram também reuniões nos Campi (Araranguá, Chapecó, Jaraguá, Joinville, São José, Continente e Florianópolis) no período de agosto a outubro. Os temas abordados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitação dos servidores - SRP (Sistema de registro de preços) - Legislação 10520/8666 - Procedimentos internos - Recomendações CGU e TCU - Áreas requerentes: pedidos, orçamentos, legislação. <p>Total de reuniões/capacitações: 09</p>	<p>Walquíria Martins</p> <p>Érico A. Madruga.</p>
--	------------------	--	---

6.1.4.1

Aquisição indevida de material de consumo por dispensa de licitação.

RECOMENDAÇÃO: 001			
<p>Reforçar o planejamento de aquisições, consultando os diversos demandantes sobre suas necessidades previsíveis, estabelecendo prazos para encaminhamento das informações e totalizando as quantidades necessárias dos itens a adquirir, para, então, realizar o procedimento licitatório compatível.</p>			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
<p>Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos licitatórios.</p>	<p>15/12/2009 para elaboração da IN-02.</p>	<p>A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam:</p> <p>IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV)</p> <p>Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009.</p> <p>IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.</p>	<p>Érico A. Madruga.</p> <p>Rosângela Casarotto</p>

Reuniões de trabalho com setores de compras dos campi para apresentação, encaminhamentos e acompanhamento das recomendações da CGU.	Concluída	Foram realizadas 02 reuniões com os representantes dos campi para organização dos processos licitatórios uma em agosto/2009 e a segunda em outubro/2009. Os temas abordados foram: <ul style="list-style-type: none"> • Recomendações CGU e TCU. • Procedimentos internos/retificações de processos. • Definição dos cronogramas 2009/3 e 2010/1 • Esclarecimentos, dúvidas/sugestões. Aconteceram também reuniões nos Campi (Araranguá, Chapecó, Jaraguá, Joinville, São José, Continente e Florianópolis) no período de agosto à outubro. Os temas abordados foram: <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos servidores • SRP (Sistema registro de preços) • Legislação 10520/8666 • Procedimentos internos • Recomendações CGU e TCU • Áreas requerentes: pedidos, orçamentos, legislação. Total de reuniões/capacitações: 09	Walquíria Martins Érico A. Madruga.
Organização/ divisão de compras entre os campi para otimizar e agilizar as aquisições.	Concluído	Cronograma definido. (Anexo XVI)	Walquíria Martins

RECOMENDAÇÃO: 002

Estabelecer cronograma para que não haja descontinuidade dos abastecimentos, de modo a realizar os novos procedimentos licitatórios em tempo hábil.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos licitatórios.	15/12/2009 para elaboração da IN-02.	A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam: IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV) Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009. IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.	Érico A. Madruga. Rosangela Casarotto
Definição de calendário de execução dos pregões	Concluído	Calendário/cronograma definido. (Anexo XVI)	Walquíria Martins

6.1.4.2

Aquisição de veículo com opcionais não submetidos a parecer jurídico e sem a devida justificativa para a inclusão de tais opcionais.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Abster-se de adquirir veículos com opcionais que não sejam estritamente necessários e justificados e sem que fique evidente o custo-benefício considerado em tal aquisição.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Elaboração de orientação normativa para aquisição de veículos oficiais.	Concluída	Tendo em vista a existência da Instrução normativa 03 de 15/05/2009/MPOG, o IF-SC avaliou desnecessária a edição de orientação própria sobre o tema. Igualmente registra-se que foram adquiridos novos veículos p/ a instituição, Pregão 91/2009. A recomendação da CGU foi acatada. (Anexo XV)	Mari Neia Valicheski Márcio A. Matos.

RECOMENDAÇÃO: 002			
Cuidar para que as justificativas submetidas a parecer jurídico contenham os elementos corretos à análise. Em caso negativo, dar andamento a cada processo de aquisição apenas após corrigir o equívoco.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos licitatórios.	15/12/2009 para elaboração da IN-02.	A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam: IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV) Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009. IN-02 – Em fase de estruturação - regulamentará a composição física dos Processos Licitatórios.	Érico A. Madruga. Rosangela Casarotto

RECOMENDAÇÃO: 003			
Zelar pela adequada formalização processual, assim como dos documentos anexados, realizando os atos pertinentes a aquisições no devido tempo e dentro de um planejamento que evite pressa e atropelos.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável

Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos licitatórios.	15/12/2009 para elaboração da IN-02.	A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam: IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV) Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009. IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.	Érico A. Madruga. Rosangela Casarotto
--	--------------------------------------	--	--

6.1.4.3

Deficiências no planejamento de aquisições de itens de informática.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Aperfeiçoar o planejamento das aquisições para o IF-SC, redefinindo o cronograma de compras para o Exercício, o espaçamento entre pregões, os itens a agrupar em um mesmo processo licitatório e as quantidades a licitar por item e por licitação.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Elaboração de instrução normativa do IF-SC para formalização dos processos licitatórios.	15/12/2009 para elaboração da IN-02.	A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam: IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV) Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009. IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.	Érico A. Madruga. Rosangela Casarotto
Definição de calendário de execução dos pregões	Concluído	Calendário/cronograma definido.(anexo XVI)	Walquíria Martins

6.2.1.4

Falhas no arquivamento da documentação da execução das obras.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Criar normativo interno identificando qual área do IF-SC será responsável pelo armazenamento, em forma de processo, das informações relativas ao planejamento e acompanhamento das obras.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião Departamento de compras e Engenharia para definição de fluxo de arquivamento.	Concluída	Foram realizadas duas reuniões nas quais ficou decidido que o Arquivo central dos processos de obras ficará no Departamento de Compras.	Rosangela Casarotto

Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras.	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosângela Casarotto e Odemir Vieira
---	--------------	--	-------------------------------------

RECOMENDAÇÃO: 002

Identificar neste normativo interno qual o escopo mínimo a ser arquivado processualmente, considerando, inclusive, o escopo do check-list denominado "Acompanhamento de Obras e Reformas" que foi disponibilizado pela COENGE.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Reunião Departamento de compras e Engenharia para definição de fluxo de arquivamento	Concluída	Foram realizadas duas reuniões nas quais ficou decidido que o Arquivo central dos processos de obras ficará no Departamento de Compras.	Rosângela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosângela Casarotto Odemir Vieira

RECOMENDAÇÃO: 003

Adotar esta sistemática de arquivamento para as obras em andamento do PEX II e para todas as próximas licitações de obras.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação Novembro 2009	Responsável
Reunião Departamento de compras e Engenharia para definição de fluxo de arquivamento	Concluída	Foram realizadas duas reuniões nas quais ficou decidido que o Arquivo central dos processos de obras ficará no Departamento de Compras.	Rosângela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosângela Casarotto Odemir Vieira

6.2.1.7

Ausência de itenização dos itens de serviços dos contratos e aditivos.

RECOMENDAÇÃO: 001

Adotar a sistemática da itenização de todos os itens de serviços que compõem os objetos contratuais desde o período da montagem do processo licitatório em todos os próximos aditivos das obras em andamento e em todos os próximos processos licitatórios de obras.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião com o grupo de engenharia para elaboração de sistemática solicitada.	Concluída	Recomendação acatada. Sistemática adotada nos processos elaborados no segundo semestre de 2009. (anexo XXII). Para agilizar e facilitar a adoção da sistemática recomendada, foi adquirido o software Volare de orçamento baseado na TCPO da PINI e passará a ser utilizado a partir de janeiro/2010.	Rosângela Casarotto

Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosangela Casarotto Odemir Vieira
--	--------------	--	--------------------------------------

6.2.1.8

Ausência de previsão de itens orçamentários relativos à conclusão das obras.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Incluir itens de que contemplem aspectos relativos à conclusão dos objetos contratuais (limpeza final, desmobilização, projetos as built, habite-se, etc.) em todos os próximos processos licitatórios de obras, desde que aplicáveis.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião com grupo de engenharia para correção das planilhas de orçamentos	Concluído.	Solicitação acatada e adotada nos processos elaborados no segundo semestre 2009. (anexo XXII)	Rosangela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosangela e Odemir Vieira

RECOMENDAÇÃO: 002			
Em todos os próximos processos licitatórios de obras fazer constar nos memoriais descritivos as especificações dos serviços relativos às conclusões dos objetos contratuais (limpeza final, desmobilização, projetos as built, habite-se, etc.), desde que aplicáveis			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Correção das planilhas de orçamento para inclusão solicitada	Concluído	Solicitação acatada e adotada nos processos elaborados no segundo semestre 2009. (anexo XXII)	Rosangela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosangela e Odemir Vieira

6.2.1.9

Itens contratuais em desacordo com o edital podendo ocasionar dupla interpretação.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Compatibilizar o escopo dos editais de licitações, memoriais descritivos e respectivos contratos de todos os próximos processos licitatórios de obras, no que se refere aos quantitativos indicados na Planilha de Formação de Preços e aos Cronogramas Físico-Financeiros, desde que aplicáveis.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião com engenheiros para implementação da solicitação	Concluído	Reunião realizada, solicitação acatada adotada nos processos elaborados no segundo semestre 2009.	Rosangela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosangela Casarotto Odemir Vieira

6.2.1.10

Falhas na utilização do SINAPI como referencial de preços.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Incluir nos orçamentos comparativos internos que suportarem os próximos processos licitatórios, bem como nos próximos aditivos de obras em andamento, a identificação dos códigos de referência SINAPI utilizados para validação dos preços dos itens de serviços e identificar também aqueles itens de serviço em que seja necessária a utilização de outros comparativos por inexistência de referencial neste sistema.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião com engenheiros para implementação da solicitação	Concluído	Reunião realizada. Solicitação acatada e adotada nos processos elaborados no segundo semestre 2009.(anexo XXIII). Para agilizar e facilitar a adoção da sistemática recomendada o IF-SC adquiriu e passará a utilizar em janeiro/2010, o software Volare de orçamento baseado na TCPO da PINI.	Rosangela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosangela Casarotto Odemir Vieira

RECOMENDAÇÃO: 002			
Utilizar, como períodos de referência para comparação dos preços unitários dos próximos aditivos, as datas de assinatura dos respectivos contratos e não as datas da época de apresentação das propostas, adotando os valores encontrados como limitantes dos preços ofertados.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião com engenheiros para implementação da solicitação	Concluído	Reunião realizada. Solicitação acatada e adotada nos processos elaborados no segundo semestre 2009. (anexo XXIV)	Rosangela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos p/ processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosangela Casarotto Odemir Vieira

RECOMENDAÇÃO: 003			
Datar e assinar todas as memórias de cálculo apresentadas que suportam os orçamentos dos contratos e dos aditivos, de tal forma a se poder identificar as datas referenciadas para comparação e os responsáveis pelas análises efetuadas.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião com engenheiros para implementação da solicitação	Concluído	Solicitação acatada e adotada nos processos elaborados no segundo semestre 2009. (anexos XXIII e XXIV)	Rosangela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos p/ processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosangela e Odemir Vieira

6.2.1.11

Falhas na emissão dos Termos de Recebimentos das Obras.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Observar os pressupostos legais previstos na lei 8.666/93 no que se refere à tempestividade da emissão dos recebimentos provisório e definitivo das obras em andamento e das próximas licitações.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião com engenheiros para implementação da solicitação	Concluído	Reunião realizada. Solicitação acatada e adotada nos processos elaborados no segundo semestre 2009.(anexo XXV)	Rosangela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Odemir Vieira

6.2.1.12

Inexistência de Parecer Jurídico referente a termos aditivos de obra

RECOMENDAÇÃO: 001			
Observar os pressupostos legais previstos na lei 8.666/93 no que se refere à emissão dos pareceres jurídicos relativos aos contratos e aditivos das obras em andamento e das próximas licitações de obras.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião com engenheiros para implementação da solicitação	Concluído	Reunião realizada. Solicitação acatada e adotada nos processos elaborados no segundo semestre 2009. (anexo XXVI)	Rosangela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosangela e Odemir Vieira

6.2.1.15

Contratação do aditivo 02/08 cuja parte do escopo descumpra parecer jurídico.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Observar os pressupostos legais previstos na lei 8.666/93 no que se refere ao cumprimento integral dos pareceres jurídicos relativos aos contratos e aditivos das obras em andamento e das próximas licitações de obras.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião com engenheiros para implementação da solicitação	Concluído	Reunião realizada. Solicitação acatada e adotada nos processos elaborados no segundo semestre 2009.(anexo XXVI)	Rosangela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosangela Casarotto Odemir Vieira

6.2.1.16

Superfaturamento no item 04 (Instalações Elétricas) do aditivo nº 01/08 ao contrato nº 295/2007 no montante de R\$ 18.649,88.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Ressarcir os valores pagos indevidamente, no total de R\$ 18.649,88, uma vez que os serviços foram valorados a maior no aditivo contratual.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Instauração de INSTRUÇÃO PRÉVIA para apurar responsabilidades na gestão patrimonial do campus Florianópolis.	Prazo para conclusão: 60 dias	Portaria expedida em 06/10/2009. Número 898. Servidora Indicada: Giseli Martins Prazo: 60 dias (anexo XIX).	Regina Rogério

RECOMENDAÇÃO: 002			
Apurar as responsabilidades administrativas dos servidores que deram causa a este dano ao erário no valor de R\$ 18.649,88.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Instauração de processo de INSTRUÇÃO PRÉVIA para apurar responsabilidades na gestão patrimonial do campus Florianópolis.	Prazo para conclusão: 60 dias	Portaria expedida em 06/10/2009. Número 898. Servidora Indicada: Giseli Martins Prazo: 60 dias (anexo XIX)	Regina Rogério

RECOMENDAÇÃO: 003			
Utilizar como períodos de referência para comparação dos preços unitários dos próximos aditivos as datas de assinatura dos respectivos contratos e não as datas da época de apresentação das propostas, adotando os valores encontrados como limitantes dos preços ofertados.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião com engenheiros para implementação da solicitação	Concluído	Reunião realizada. Solicitação acatada e adotada nos processos elaborados no segundo semestre 2009.	Rosangela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosangela Casarotto Odemir Vieira

6.2.1.17

Pendência na adoção de medidas necessárias à regularização dos serviços de monitoramento eletrônico contratados.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Quantificar os valores pagos a maior à Contratada, mês a mês, considerando as datas de instalação dos equipamentos e os reajustamentos concedidos.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Levantamento dos valores pagos a maior e pela empresa	Concluído	Ofício (anexo XVIII) Total geral devido: R\$ 10.548,20	Noacir Rodrigues Aline Heinz

RECOMENDAÇÃO: 002			
Cobrar da Contratada a restituição dos valores pagos indevidamente.			

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Oficializar a empresa responsável pelo monitoramento eletrônico do campus Florianópolis o ressarcimento dos valores pagos a maior.	Concluído	Ofício (anexo XVIII) Total geral devido: R\$ 10.548,20	Noacir Rodrigues Aline Heinz

RECOMENDAÇÃO: 003

Adequar os valores pagos atualmente à Contratada, em função dos equipamentos em efetivo funcionamento.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Oficializar a empresa responsável pelo monitoramento eletrônico do campus Florianópolis sobre o reordenamento dos valores conforme os pontos monitorados.	Concluído	Ofício (anexo XVIII) Total geral devido: R\$ 10.548,20	Noacir Rodrigues Aline Heinz

RECOMENDAÇÃO: 004

Para contratações futuras, licitar, em separado, itens de serviços de monitoramento eletrônico e itens de serviços de vigilância.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Elaboração de orientação normativa a ser repassada para todos os Campi.	15/12/2009 para elaboração da IN-02.	A elaboração da referida instrução foi dividida em duas partes, quais sejam: IN -01 – Editada em outubro/2009 encontra-se em uso pelos diferentes campi do IF-SC. Objeto: Regulamenta os procedimentos práticos dos processos licitatórios do IF-SC. (anexo XIV) Esta regulamentação foi um dos temas trabalhados com os representantes dos campi na reunião do departamento de compras em outubro/2009. IN-02 – Em fase de estruturação. Regulamentará a Composição física dos Processos Licitatórios.	Walquíria Martins Érico A. Madruga

6.2.1.18

Falhas na fiscalização da execução de contratos. Ausência de relatórios e demais documentos produzidos na fiscalização da execução de contrato e realização de obra.

RECOMENDAÇÃO: 001

Quando da aprovação da minuta do contrato, designar formalmente o fiscal do contrato, o qual deverá ser alertado de suas atribuições e responsabilidades.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião com engenheiros para implementação da solicitação	Concluído	Reunião realizada. Solicitação acatada e adotada nos processos elaborados no segundo semestre 2009. (anexo XXVII)	Rosangela Casarotto

Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosangela Casarotto Odemir Vieira
--	--------------	--	--------------------------------------

RECOMENDAÇÃO: 002

Cobrar da empresa contratada o preenchimento de Diário de Obras (o que já constitui dever contratual, conforme o contrato analisado), também anotando as observações pertinentes relativas às obras e à fiscalização.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião com engenheiros para implementação da solicitação	Concluído	Reunião realizada. Solicitação acatada e adotada nos processos elaborados no segundo semestre 2009.	Rosangela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosangela e Odemir Vieira

RECOMENDAÇÃO: 003

Proceder à aplicação de multa e/ou outras sanções, quando aplicável.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Instauração de sindicância sumária nos casos notificados de descumprimento do edital e/ou contrato.	30/09/2009	As sindicâncias sumárias são abertas nos casos de notificação pelo fiscal de contratos e/ou chefe do Departamento de Administração dos Campi. A Assessoria Técnica da Reitoria faz o acompanhamento das referidas sindicâncias. (anexo XX)	Rosangela Casarotto

RECOMENDAÇÃO: 004

O responsável pela fiscalização do Contrato deve realizar as Anotações de Responsabilidade Técnica correspondentes

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião com engenheiros para implementação da solicitação	Concluído	Reunião realizada. Solicitação acatada e adotada nos processos elaborados no segundo semestre 2009.	Rosangela Casarotto
Elaboração de instrução normativa com procedimentos de elaboração de processos licitatórios de obras	Em andamento	Em fase de elaboração da referida instrução.	Rosangela Casarotto Odemir Vieira

6.2.1.19

Não exigência de comprovação da efetiva participação de servidores em cursos, treinamentos e capacitações.

RECOMENDAÇÃO: 001

Solicitar de seus servidores e manter devidamente arquivados os certificados de aproveitamento e participação em cursos, treinamentos e capacitações pagas pelo IF-SC, bem como os requerimentos de afastamento para participação em cursos/treinamentos/capacitações, observados os requisitos do art. 3º da Resolução n.º 12/CD/08.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Reunião de trabalho dos Coordenadores de Gestão de pessoas dos Campi para organizar o fluxo de recebimento e arquivamento dos certificados de participação em eventos financiados pelo IF-SC.	Dezembro 2009	Reunião realizada. Encaminhado ao Colegiado de Recursos Humanos normatização sobre o tema. Aguardando resolução do colegiado de Recursos Humanos.	Luciana Goldchmitz Melissa Liotto

7.2.1.1

Carência de pessoal para o desenvolvimento de atividades relativas à Auditoria Interna do IF-SC. Fragilidades na atuação da UNAI e na formatação de informações do RAIN T 2008.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Estruturar a UNAI com n.º de servidores compatível com o universo de auditorias a realizar no âmbito do IF-SC, de modo a cumprir a contento as atividades previstas em seu PAINT e a atender a maior demanda de trabalho preventivo e corretivo surgido a partir da expansão da Entidade, de preferência com a inclusão de engenheiro em sua equipe.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Designação de vagas para contratação, em concurso público, de servidores no cargo de auditores.	Concluído em 2009.	Concurso público edital 10/2009. A vaga para auditor foi preenchida e o servidor assumiu o cargo em 20/11/2009. (anexo XXI)	Regina Rogério

RECOMENDAÇÃO: 002			
Estabelecer metas de atuação preventiva, realizando verificações que permitam correções de procedimentos no curso de sua realização.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Revisão das ações no PAINT/2010 com a inclusão de uma atuação preventiva.	Concluído	A UNAI fez revisão e avaliação das ações de auditorias planejadas no PAINT-2009, buscando as devidas adequações de acordo com as recomendações da CGU-R/SC para a elaboração do PAINT/2010.	Sérgio dos Santos Souza

7.2.1.2

Tabela com formatos divergentes e entrega em atraso do RAIN T 2008 do IF-SC.

RECOMENDAÇÃO: 001			
Padronizar as planilhas, tabelas e informações do RAIN T em relação ao PAINT, de modo que suas informações sejam expressas nas mesmas unidades e dentro de um formato padrão de informações e visando facilitar a aferição da execução das atividades previstas no PAINT.			
Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável

Reformulação nos procedimentos de auditoria adequando-o a uma metodologia de facilitação de extração de dados e conciliação de informações.	Concluído	A UNAI já está elaborando o RAINT-2009 nos moldes a atender as recomendações da CGU-R/SC.	Sérgio dos Santos Souza
---	-----------	---	-------------------------

RECOMENDAÇÃO: 002

Nos próximos planejamentos da UNAI, incluir um item específico relativo à realização de auditorias em obras, dada à relevância dos investimentos nesta área, decorrente do processo de expansão do IF-SC. Incluir a colaboração de um engenheiro na condição de assistente pericial da equipe da UNAI, de modo a permitir maior segurança técnica em etapas específicas de trabalhos de auditoria.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Solicitação de parecer técnico do setor de engenharia nas próximas auditorias em obras para subsidiar a emissão de parecer da auditoria.	Concluído	A prática de solicitar parecer técnico ao setor de engenharia do IF-SC, nas auditorias em obras iniciará em 2010.	Sérgio dos Santos Souza

RECOMENDAÇÃO: 003

Observar os prazos de entrega do RAINT 2009, de modo a não repetir o atraso ocorrido em 2008.

Providências a serem Implementadas	Prazo	Situação novembro 2009	Responsável
Recomendação para UNAI da observação dos prazos a serem seguidos.	Concluído	Orientação repassada a UNAI.	Consuelo A.S.Santos

13. DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÃO DO TCU -TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

No ano de 2009 o Tribunal de Contas da União (TCU) proferiu várias demandas relacionadas aos procedimentos administrativos executadas pelo IF-SC, que tiveram seu devido acompanhamento exercido pela Diretora Executiva e pela Unidade de Auditoria Interna da Instituição. Foram prestadas toda e qualquer informação e disponibilizados os documentos comprobatórios solicitados através dos Ofícios emitidos pelo Egrégio Tribunal. Tais solicitações foram encaminhadas aos setores competentes para o pleno atendimento das determinações e recomendações. De forma sintetizada, demonstramos no quadro a seguir as referidas demandas:

Natureza	Ofício	Data	Processo	Assunto/Providências	Setor Responsável
----------	--------	------	----------	----------------------	-------------------

Reiteração	08128-TCU/Sefip	02/01/09	TC 003.234/1995-9	Conforme contato telefônico com o Sr. Barnabé Tomas Pereira , em 27/01/2009, desconsiderar o documento.	Pró-Reitora de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas
Acórdão	Acórdão 282/2009-TCU 2º C.	10/02/09	TC 019.424/2007-6	Prestação de Contas relativa ao exercício de 2006. (*) Foram julgadas irregulares as contas em função de suposta renúncia de receitas providas de aluguéis, com aplicação de multa, itens 9.1 a 9.5. Os demais itens referem-se as questões administrativas que já foram ou que estão sendo providenciadas a resolução. Aguardando o Pedido de Reconsideração - os demais itens estão sendo regularizados	Reitora Pró-Reitora de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas Departamento de Compras
Notificação em Contas Julgadas irregulares -débito e multa	37/2009-TCU/SECEX-SC	16/02/09	TC 019.424/2007-6	Prestação de Contas relativa ao exercício de 2006. Foram julgadas irregulares as contas em função de suposta renúncia de receitas providas de aluguéis, com aplicação de multa, itens 9.1 a 9.5. Os demais itens referem-se as questões administrativas que já foram ou que estão sendo providenciadas a resolução. Aguardando o Pedido de Reconsideração - os demais itens estão sendo regularizados	Reitora Pró-Reitora de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas Departamento de Compras
Diligência	01680-TCU/Sefip	20/02/09	Eletrônico 3DT	Encaminhamento de documentos referentes a dados contidos no SISAC Solicitação atendida.	Pró-Reitora de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas
Acórdão	0338-TCU/Sefip	17/03/09	TC 001.459/2000-4	Adoção de providências pertinentes ao Acórdão nº 765/2009-TCU 2º Câmara. Determinações atendidas.	Reitora Pró-Reitora de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas
Acórdão	0337-TCU/Sefip	17/03/09	TC 008.213/2008-1	Adoção de providências pertinentes ao acórdão nº 773/2009-TCU 2º Câmara. Determinação atendida.	Reitora Pró-Reitora de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas

Acórdão	0352-TCU/Sefip	18/03/09	TC 025.746/2008-3	Adoção de providências pertinentes ao Acórdão nº 779/2009-TCU 2ª Câmara. Situação regularizada	Reitora Pró-Reitora de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas
Diligência	01845-TCU/Sefip	19/03/09	TC 003.335/2009-0	Providências a serem adotadas pelo IF-SC, respondido através do ofício nº 229/2009-Reitoria - IF-SC. Situação regularizada	Reitora Pró-Reitora de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas
Acórdão	09479-TCU/Sefip	23/03/09	TC 028.430/2008-0	Para conhecimento e anotação das respectivas pastas funcionais. Acórdão nº 870/2009. 2º C. Situação regularizada	Pró-Reitoria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas
Acórdão	10150-TCU/Sefip	16/04/09	TC 030.686/2008-4	Para conhecimento e anotação das respectivas pastas funcionais. Acórdão nº 1560/2009. 2º C. Situação regularizada	Pró-Reitoria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas
Acórdão	00579-TCU-Sefip	30/04/09	TC 017.050/2005-9	Adoção de providências pertinentes ao acórdão nº 676/2009-TCU - Plenário. “Item 9.2 com fundamento no art. 71, inciso IX, da CF e at. 45 da 8.443/93, fixar o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da notificação, para que as entidades e os órgãos abaixo relacionados dêem exato cumprimento a lei para este acórdão (...) devendo caso necessário, instaurar sindicância ou processo administrativo, bem como providenciar a devolução dos valores recebidos indevidamente nos termos da lei; (...), Escola Técnica Federal de Santa Catarina, (...)”. Estão sendo tomadas todas as providências cabíveis.	Reitora Pró-Reitora de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas
Acórdão	10521-TCU/Sefip	06/05/09	TC 018.548/2008-7	Para conhecimento e anotação das respectivas pastas funcionais. A acórdão nº 1976/2009-TCU - Segunda Câmara. Solicitação atendida.	Pró-Reitoria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas
Acórdão	10565-TCU/Sefip	07/05/09	TC 018.548/2008-7	Para conhecimento e anotação das respectivas pastas funcionais. Acórdão nº 2158/2009-TCU - Segunda Câmara. Solicitação atendida.	Pró-Reitoria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas

Acórdão	11395-TCU/Sefip	04/06/09	TC 003.335/2009-0	Para conhecimento e anotação nas respectivas pastas funcionais. Acórdão nº 2723/2009-TCU 2º Câmara. Solicitação atendida.	Pró-Reitoria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas
Acórdão	Acórdão nº 2941/2009-TCU-2º C.	09/06/09	TC 020.549/2008-1	“Monitore o CPGF, observe a NE conforme Lei 4.320/64, encaminhe a Procuradoria Jurídica os termos de convênios, abstenha-se de celebrar convênios em que o CEFETSC tenha que certificar cursos que foram oferecidos e identifique os comprovantes de despesas de convênios com os respectivos números.”. Determinação atendida	Pró-Reitoria de Administração Departamento de Orçamento e Finanças
Acórdão	11577 - TCU/Sefip	12/06/09	TC 001.503/2009-8	Para conhecimento e anotação nas respectivas pastas funcionais. Acórdão nº 2860/2009 - TCU 2º Câmara. Situação regularizada	Pró-Reitoria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas
Comunicação	599-TCU/SECEX-SC	16/06/09	TC 020.549/2008-1	“Monitore o CPGF, observe a NE conforme Lei 4.320/64, encaminhe a Procuradoria Jurídica os termos de convênios, abstenha-se de celebrar convênios em que o CEFETSC tenha que certificar cursos que foram oferecidos e identifique os comprovantes de despesas de convênios com os respectivos números.” Determinação atendida	Pró-Reitoria de Administração Departamento de Orçamento e Finanças
Diligência	676-TCU/SECEX-SC	03/07/09	TC 014.932/2009-9	Encaminhe informações quanto à efetiva implantação de jornada de 06 (seis) horas para todos os servidores administrativos. Atendida a solicitação.	Reitora Pró-Reitoria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas
Comunicação	715/2009	08/07/09	TC 650.177/1998-3	Solicita discriminação dos descontos mensais efetuados nos proventos da ex-servidora Sra Soni de Carvalho. Situação regularizada	Pró-Reitoria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas

Audiência Ministro Relator	1169-TCU/SECEX-SC	21/10/09	TC 016.759/2009-0	<p>Apresentação de justificativa quanto a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - irregularidade na realização de despesas com CPGF, - fragilidade no controle da área pessoal, pagamento em duplicidade de diárias, aditamentos contratuais sem prévio parecer jurídico, - consideração equivocada de database de preços para inclusão de itens novos em contrato de obras. <p>Foram apresentadas as devidas justificativas.</p>	<p>Reitora</p> <p>Pró-Reitora de Administração</p> <p>Diretoria de Gestão de Pessoas</p> <p>Coordenação de engenharia</p> <p>Departamento de Compras</p> <p>Coordenação de contratos</p> <p>Departamento de Orçamento e Finanças</p>
Comunicação de deliberação	1371-TCU/SECEX-SC	19/11/09	TC 017.476/2009-0	<p>Para conhecimento acórdão nº 3024/2009. Tratam de possível irregularidade na concessão de horário especial a servidores estudantes.</p> <p>Foi considerado improcedente pelo TCU</p>	<p>Reitora</p> <p>Pró-Reitora de Ensino</p> <p>Pró-Reitora de Administração</p> <p>Diretoria de Gestão de Pessoas</p>
Diligência Ministro Relator	1412-TCU/SECEX-SC	26/11/09	TC 016.453/2009-0	<p>Encaminhar o planejamento de aula de todos os professores que recebem insalubridade e periculosidade.</p> <p>Solicitação atendida</p>	<p>Reitora</p> <p>Pró-Reitora de Ensino</p> <p>Pró-Reitora de Administração</p> <p>Diretoria de Gestão de Pessoas</p>
Acórdão nº 6535/2009-2º C.	Acórdão nº 6535/2009-2º C.	01/12/09	TC 000.990/2007-4	<p>Assunto aposentadoria determina a regularização de algumas aposentadorias.</p> <p>Determinação atendida.</p>	<p>Reitora</p> <p>Pró-Reitora de Administração</p> <p>Diretoria de Gestão de Pessoas</p>

Obs:* O IF-SC encaminhou **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO** ao Tribunal de Contas da União, em virtude do Acórdão nº 282/2009 - TCU 2º Câmara. O documento foi protocolado em 16 de março de 2009, sob nº 0000428634634. No dia 30 de abril de 2009, foi enviado um **documento complementar**, cujo numero de protocolo é 0000428635259. O Processo completo encontra-se na sede do Tribunal de Contas em Brasília-DF para análise e emissão de parecer.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADAS NO EXERCÍCIO.

ATOS	QUANTIDADE			REGISTRADOS NO SISAC (quantidade)		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Admissão	147	156	58	147	156	58
Desligamento	61	27	59	61	27	59
*Aposentadoria	11	14	19	36	14	19
Pensão	06	06	05	06	06	05

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FORAM DISPENSADAS

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
SERVIDORES ATIVOS DO QUADRO PRÓPRIO	678	36.689.461,53	846	48.076.483,00	1002	62.847.002,22	1045	74.695.954,12
FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS – CLT em exercício na unidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Próprio Ativo	678	36.689.461,53	846	48.076.483,00	1002	62.847.002,22	1045	74.695.954,12

Fonte: Orçamento anual

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
OCUPANTES DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA, sem vínculo.	-	-	-	-	-	-	1	52.503,75

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS (Lei 8.745/1993)	48	949.365,00	44	796.916,64	57	813.446,13	92	1.683.820,34

Fonte: DOF

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
PESSOAL TERCEIRIZADO								
Vigilância e limpeza	81	923.856,60	91	1.563.365,72	103	2.126.322,44	97	2.542.290,02
Apoio Adm. + outras terceiriz.	04	65.588,95	17	156.231,14	17	310.793,32	26	1.121.783,30
Total terceirizado:	87	1.006.577,22	110	1.752.056,86	129	2.538.556,54	148	3.664.073,32
ESTAGIÁRIOS + BOLSISTAS	-	25.000,00	-	59.807,36	-	33.014,21	375	882.389,60 *
Auxílio PROEJA							380	343.298,00
TOTAL TERCEIRIZADOS + ESTAGIÁRIOS		1031.577,22		1.811.864,22		2.571.571,75	903	4.889.760,92

Fonte: DOF e Compras

*inclui vale transporte/ férias/auxilio alimentação/bolsas de incentivo à Produção Científica

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
PESSOAL REQUISITADO em exercício na Unidade com ônus	-	-	-	-	-	-	-	-
PESSOAL REQUISITADO em exercício na Unidade sem ônus	-	-	04	-	-	-	2	-
Total	-	-	04	-	-	-	-	-

Fonte: DGP

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
PESSOAL CEDIDO com ônus	-	-	07	-	05	-	05	287.344,41
PESSOAL CEDIDO sem ônus	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	07	-	05	-	05	287.344,41

Fonte: DGP

DESCRIÇÃO	2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
PESSOAL ENVOLVIDO EM AÇÕES FINALÍSTICAS (docentes do quadro permanente + temporários)	580	-	627	54.004.491,92
PESSOAL ENVOLVIDO EM AÇÕES DE APOIO (administrativos do quadro permanente)	479	-	510	22.375.282,54
Fonte: DGP Total	1.059	-	1.137	76.379.774,44

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Apresenta-se neste item todas as tabelas contendo os dados e informações do ensino, captadas através dos sistemas gerenciados pelo MEC e alimentados pela instituição, bem como fornecidos pelos cadastradores institucionais de cada Campi.

Tais dados e informações servem para subsidiar a análise dos indicadores e o desempenho operacional. Essas informações serão detalhadas no Caderno de Indicadores do IF-SC 2009 – 2010, que está sendo produzido pela Coordenadoria de Pesquisa Institucional – DGC – PRDI.

MATRÍCULA ANUAL						
	2008/1	2008/2	2008	2009/1	2009/2	2009
Campi e ensino a distância	Nº de alunos que integralizaram Carga Horária	Nº de alunos Matrícula Inicial	Matrícula Anual	Nº de alunos que integralizaram Carga Horária	Nº de alunos Matrícula Inicial	Matrícula Anual
Total IF-SC	506	6172	6678	852	7651	8503
Araranguá	0	263	263	27	571	598
Chapecó	0	434	434	47	600	647
Continente	69	249	318	59	441	500
Florianópolis	270	2771	3041	300	2965	3265
Jaraguá do Sul	78	593	671	57	795	852
Joinville	12	485	497	49	645	694
São José	77	910	987	130	1129	1259
Ensino a Distância	0	467	467	183	505	688

Tabela Ensino 1

Presencial 7.815

EAD: 688

Total: 8.503

MATRÍCULAS POR SEMESTRE E SEXO												
Campi	2008/1			2008/2			2009/1			2009/2		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Total IF-SC	3637	1901	5538	4191	1981	6172	4592	2545	7137	4951	2700	7651
%	65,7	34,3	100	67,9	32,1	100	64,3	35,7	100	64,7	35,3	100
Araranguá	88	97	185	140	123	263	217	240	457	285	286	571
Chapecó	298	77	375	368	66	434	383	140	523	463	137	600
Continente	69	97	166	112	137	249	161	225	386	177	264	441
Florianópolis	1864	949	2813	1926	845	2771	2026	977	3003	2021	944	2965
Jaraguá Sul	330	200	530	383	210	593	439	274	713	518	277	795
Joinville	310	110	420	368	117	485	396	138	534	473	172	645
São José	535	246	781	645	265	910	728	340	1068	754	375	1129
EAD	143	125	268	249	218	467	242	211	453	260	245	505

Tabela Ensino 2

RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA - IF-SC												
Campi	2006			2007			2008			2009		
	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel	insc	vagas	Rel
Total IF-SC	8951	1800	4,97	12925	3196	4,04	14871	3746	3,97	23016	4558	5,05
Araranguá	-	-	-	-	-	-	565	384	1,47	797	487	1,64
Chapecó	144	32	4,50	1107	256	4,32	645	256	2,52	1122	400	2,81
Continente	-	-	-	306	144	2,13	453	216	2,10	1131	432	2,62
Florianópolis	3796	978	3,88	7062	1576	4,48	7485	1454	5,15	12176	1389	8,77
Jaraguá Sul	1655	295	5,61	1028	265	3,88	1802	428	4,21	1732	520	3,33
Joinville	1257	48	26,19	1384	304	4,55	1541	304	5,07	1989	392	5,07
São José	2099	447	4,70	1193	351	3,40	1718	504	3,41	2825	688	4,11
EAD	-	-	-	845	300	2,82	662	200	3,31	1244	250	4,98

Tabela Ensino 3

NÚMERO TOTAL DE FORMANDOS						
Campi	2008-1	2008-2	Total	2009-1	2009-2	Total
Total IF-SC	439	421	860	769	736	1505
Araranguá	0	0	0	27	54	81
Chapecó	0	8	8	7	16	23
Continente	69	33	102	59	101	160
Florianópolis	210	204	414	300	289	589
Jaraguá do Sul	78	59	137	57	80	137
Joinville	12	22	34	49	98	147
São José	70	95	165	87	98	185
Ensino a Distância	0	0	0	183	183	183

Tabela Ensino 4

TOTAL DE ALUNOS POR FAIXA ETÁRIA												
Faixa etária (anos)	Campi											
	Araranguá			Chapecó			Continente			Florianópolis		
	2009-1	2009-2	média	2009-1	2009-2	média	2009-1	2009-2	média	2009-1	2009-2	média
Até 14 anos	1	1	1	0	0	0	0	0	0	6	20	13
De 15 a 17	8	45	26,5	0	0	0	1	3	2	532	623	578
De 18 a 19	58	86	72	79	101	90	73	84	79	565	627	596
De 20 a 24	130	152	141	195	223	209	107	109	108	942	803	873
De 25 a 29	107	116	111,5	142	155	149	64	91	78	414	363	389
De 30 a 39	102	104	103	87	95	91	58	75	67	332	332	332
De 40 a 49	34	51	42,5	20	26	23	47	54	51	164	150	157
A partir de 50	17	16	16,5	0	0	0	36	25	31	48	47	48
TOTAL	457	571	514	523	600	561,5	386	441	413,5	3003	2965	2984

Continua...

Faixa etária (anos)	Campi											
	Jaraguá do Sul			Joinville			São José			EAD		
	2009-1	2009-2	média	2009-1	2009-2	média	2009-1	2009-2	média	2009-1	2009-2	média
Até 14 anos	0	0	0	0	0	0	15	18	16,5	0	0	0
De 15 a 17	3	3	3	1	13	7	320	408	364	0	0	0
De 18 a 19	97	125	111	62	83	72,5	127	143	135	4	19	11,5
De 20 a 24	249	264	257	156	195	175,5	291	269	275	67	88	77,5
De 25 a 29	202	229	216	122	137	129,5	145	136	141,5	98	104	106
De 30 a 39	123	134	128	132	156	144	105	98	96,5	149	155	162,5
De 40 a 49	32	33	32	53	54	53,5	48	45	43,5	104	102	108
A partir de 50	7	7	7	8	7	7,5	17	12	14,5	31	37	34
TOTAL	713	795	754	534	645	589,5	1068	1129	1086,5	453	505	499,5

Tabela Ensino 5

Matrículas em Estágio Supervisionado								
Campi	Alunos Inscritos				Alunos em Estágio			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Total IF-SC	906	1033	1274	1113	853	680	1187	1113
Araranguá	-	-	-	0	-	-	-	0
Chapecó	-	52	45	51	-	16	40	51
Continente(+Itajaí)	-	11	16	36	-	11	16	36
Florianópolis	660	585	741	733	660	344	741	733
Jaraguá do Sul	58	65	51	57	69	71	68	57
Joinville	-	125	197	110	-	125	197	110
São José	188	195	224	126	124	113	125	126

Tabela Ensino 6

Assistência ao Aluno																
Campi	Assistência Médica				Auxílio Transporte				Bolsa Alimentação				Bolsa Trabalho			
	Odontológica				2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
	2006	2007	2008	2009												
Total IF-SC	7.301	4.858	5.551	6903	66	121	166	186	150	128	112	292	125	186	178	176
Araranguá	-	-	-	0	-	-	-	15	-	-	-	0	-	-	-	7
Chapecó	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-	0
Continente	-	-	-	0	-	-	-	15	-	-	-	0	-	4	5	11
Florianópolis ⁴	5382	3908	4419	5139	-	52	37	20	80	81	112	292	54	126	144	135
Jaraguá Sul	-	-	-	-	-	11	-	16	10	11	-	-	17	15	13	16
Joinville	-	-	-	2	-	14	70	45	-	-	-	-	38	30	6	1
São José	1.515	579	864	1130	66	44	59	75	60	36	-	-	16	11	10	6
	404	371	268	632												

Tabela Ensino 7

continua...

⁴ Florianópolis: Os totais correspondentes à Assistência Médica e Odontológica estão agrupados.

Continuação

Assistência ao Aluno																
Campi	Bolsa Material didático				Auxílio Saúde				Auxílio Moradia				Outras (especificar no rodapé)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Total IF-SC	0	21	29	51	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	346	191
Araranguá	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Chapecó	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Continente ³	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Florianópolis	-	21	29	31	-	01 ¹	-	-	-	1	-	-	-	-	346	150
Jaraguá Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Joinville	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São José ⁷	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39 ²	40

Tabela Ensino 7

3 Continente: Outras = Uniformes

7 São José: Outras: 2008: 37 bolsas de Auxílio Estudante Proeja e 2 bolsas de Monitoria

7 São José: Outras: 2009: 36 bolsas de Auxílio Estudante Proeja e 4 bolsas de Monitoria

Número de Diplomas Expedidos			
Campi	2007	2008	2009
Total do IF-SC	634	628	712
Araranguá	-	-	27
Chapecó	0	7	25
Continente(+Itajaí)	0	30	18
Florianópolis	413	360	412
Jaraguá do Sul	120	123	88
Joinville	40	33	52
São José	61	75	90

Tabela Ensino 8

Campi	Nº de TÍTULOS			Nº de EXEMPLARES			Nº de PERIÓDICOS		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Total do IF-SC	14.547	19.139	20.758	41.030	47.510	45.685	881	44	192
Araranguá	-	815	1.112	-	1.308	2.182	-	-	40
Chapecó	159	477	1.081	382	1.234	2.091	7	7	13
Continente	225	385	923	413	413	2.153	0	0	0
Florianópolis	7.239	8.456	9.552	26.620	28.833	24.952	840	6	70
Jaraguá Sul	1.798	2.167	2.338	2.549	3.381	3.984	9	6	9
Joinville	626	1.259	1.431	1512	2.341	3.079	15	15	51
São José	4.500	5.580	4.321	9.554	10.000	7.244	10	10	9

Tabela Ensino 9

Rendimento Escolar Campus Araranguá 2009-1												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial (1)	Final (2)	% Perma- nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. (2)	nº alunos	% ref. (2)	Aban- dono	Tranca- mento	Transfe- rência	Total	% ref.(1)
Total Campus	457	389	85,12%	347	89,20%	42	10,80%	55	12	1	68	14,88
Total Ensino Técnico	386	324	83,94%	286	88,27%	38	11,73%	49	12	1	62	16,06
Eletromecânica Subsequente	176	155	88,07	133	85,8	22	14,2	16	4	1	21	11,93
Moda e Estilismo	120	99	82,5	88	88,88	11	11,12	14	7	0	21	17,5
Têxtil: Malharia e Confecção	90	70	77,78	65	92,86	5	7,14	19	1	0	20	22,22
Total Ensino Superior	35	30	85,71	26	86,67	4	13,33	5	0	0	5	14,29
Licenciatura em Física	35	30	85,71	26	86,67	4	13,33	5	0	0	5	14,29
Total ensino Pós-Graduação	36	35	97,22	35	100	0	0	1	0	0	1	2,78
Especialização Projeja	36	35	97,22	35	100	0	0	1	0	0	1	2,78

Rendimento Escolar Campus Araranguá 2009-2												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial (1)	Final (2)	% Perma- nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. (2)	nº alunos	% ref. (2)	Aban- dono	Tranca- mento	Transfe- rência	Total	% ref.(1)
Total do Campus	571	472	82,67	408	86,45	64	13,55	55	34	10	99	17,33
Total Ensino Técnico	472	387	82	331	85,53	56	14,47	45	30	10	85	18
Eletromecânica Subsequente	155	121	78,06	107	88,43	14	11,57	14	19	1	34	21,94
Eletromecânica Concomitante	80	66	82,5	46	69,7	20	30,3	9	1	4	14	17,5
Moda e Estilismo	72	56	77,78	50	89,28	6	10,72	8	5	3	16	22,22
Têxtil: Malharia e Confecção	102	87	85,3	83	95,4	4	4,6	9	5	1	15	14,7
Produção de Moda	63	57	90,47	45	78,95	12	21,05	5	0	1	6	9,53
Total Ensino Superior	64	51	79,68	43	84,32	8	15,68	9	4	0	13	20,32
Licenciatura em Física	64	51	79,68	43	84,32	8	15,68	9	4	0	13	20,32
Total ensino Pós-Graduação	35	34	97,14	34	100	0	0	1	0	0	1	2,86
Especialização Projeja	35	34	97,14	34	100	0	0	1	0	0	1	2,86

Tabela Ensino 10.a

Rendimento Escolar Campus Chapecó 2009-1

Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial (1)	Final (2)	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. (2)	nº alunos	% ref. (2)	Aban dono	Tranca mento	Transfe rência	Total	% ref. (1)
Total do Campus	523	415	79,3	355	85,5	60	14,4	77	17	9	103	19,6
Total do Ensino Técnico	487	379	77,8	324	82,8	51	13,4	61	17	9	87	17,8
Educação Profiss. EJA/PROEJA	43	27	62,7	18	66,6	9	33,3	16	0	0	16	37,2
Curso Técnico em Eletroeletrônica	225	178	79,1	151	84,8	27	15,1	33	13	1	47	20
Curso Técnico de Mecânica	219	179	81,7	155	86,5	24	13,4	28	4	8	40	18,2
Total da Pós-graduação	36	36	100	36	-	-	-	0	0	0	0	-
Pós-graduação Aperfeiçoamento Professores EJA/PROEJA	36	36	100	36	-	-	-	0	0	0	0	-

Rendimento Escolar Campus Chapecó 2009-2

Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial (1)	Final (2)	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. (2)	nº alunos	% ref. (2)	Aban dono	Tranca mento	Transfe rência	Total	% ref. (1)
Total do Campus	600	441	81	419	86,2	67	13,7	87	26	1	114	19
Total Ensino Técnico	569	410	79,9	388	85,2	67	14,7	87	26	1	114	20
Educação Profiss. EJA/PROEJA	68	45	66,1	33	73,3	12	26,6	22	1	-	23	33,8
Eletroeletrônica	261	216	82,7	184	85,1	32	14,8	29	16	-	45	17,2
Mecânica Industrial	104	89	85,5	83	93,2	6	6,7	9	5	1	15	14,4
Curso Técnico em Mecânica	136	105	77,2	88	83,3	17	16,1	27	4	-	31	22,7
Total Pós-graduação	31	31	100	31	100	-	-	-	-	-	-	-
Pós-graduação: Aperfeiçoamento Professores EJA/PROEJA	31	31	100	31	100	-	-	0	0	0	0	-

Tabela Ensino 10.b

Rendimento Escolar Campus Continente 2009-1												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial (1)	Final (2)	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. (2)	Nº alunos	% ref. (2)	Aban dono	Tranca mento	Trans ferência	Total	% ref. (1)
Total do Campus	386	249	64,51	228	91,57	21	8,43	133	4	0	137	35,49
Total do Ensino Técnico	386	249	64,51	228	91,57	21	8,43	133	4	0	137	35,49
Cozinha	123	78	63,41	69	88,46	9	11,54	44	1	0	45	36,59
Hospedagem	65	47	72,31	43	91,49	4	8,51	18	0	0	18	27,69
Panificação	67	37	55,22	37	100	0	0	29	1	0	30	44,78
Serviços de Restaurante	109	69	63,3	62	89,86	7	10,14	40	0	0	40	36,7
Pesca	22	18	81,82	17	94,45	1	5,55	2	2	0	4	18,18

Rendimento Escolar Campus Continente 2009-2												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicia 1 (1)	Final (2)	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. (2)	Nº alunos	% ref. (2)	Aban dono	Tranca mento	Trans ferência	Total	% ref. (1)
Total do Campus	441	331	73,17	232 *	*	51 *	*	89	21	0	110	26,83
Total Ensino Técnico	410	300	73,17	247	*	51 *	*	89	21	0	110	26,83
Cozinha	141	116	82,27	92	79,31	24	20,69	18	7	0	25	17,73
Hospedagem	70	42	60	39	92,86	3	7,14	25	3	0	28	40
Panificação	59	44	74,58	40	91	4	9	12	3	0	15	25,42
Serviços Restaurante	123	81	66,67	61	75,3	20	24,7	33	9	0	42	34,15
Pesca	17	16	94,12	15		*		1	0	0	1	5,88
Pós-Graduação	31	31										
Educação Profissional na Modalidade EJA/PROEJA	31	31										

Tabela Ensino 10.c

* A Tabela 10.c será concluída após encerramento do semestre letivo do Curso de Pesca, que ocorrerá em março/2010.

Rendimento Escolar Campus Florianópolis 2009-1

Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial (1)	Final (2)	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				nº alunos	% ref. (2)	Nº alunos	% ref. (2)	Aban dono	Tranca mento	Trans ferência	Total	% ref (1)
Total Campus	3003	2582	85,98	2289	88,65	296	11,46	314	69	38	421	14,02
Total Ensino Médio	117	87	74,36	79	90,80	8	9,20	18	0	12	30	25,64
Ens. Méd. Jovens e Adultos	83	59	71,08	57	96,61	2	3,39	13	0	11	24	28,92
Ens. Méd. Prof. Jovens e Adultos	34	28	82,35	22	78,57	6	21,43	5	0	1	6	17,65
Total Ensino Técnico	2050	1745	85,12	1529	87,62	220	12,61	236	44	25	305	14,88
Automobilística	69	65	94,20	57	87,69	8	12,31	4	0	0	4	5,80
Integrado - Eletrônica	115	108	93,91	96	88,89	12	11,11	2	1	4	7	6,09
Integrado - Edificações	177	164	92,66	147	89,63	17	10,37	8	1	4	13	7,34
Integrado - Eletrotécnica	202	181	89,60	149	82,32	32	17,68	12	0	9	21	10,40
Integrado - Saneamento	160	148	92,50	137	92,57	11	7,43	6	2	4	12	7,50
Integrado - Química	33	32	96,97	32	100,00	0	0,00	3	0	2	5	15,15
Integrado - Enfermagem EJA	35	29	82,86	29	100,00	0	0,00	6	0	0	6	17,14
Edificações	168	133	79,17	119	89,47	14	10,53	25	10	0	35	20,83
Eletrônica	108	87	80,56	62	71,26	24	27,59	21	0	0	21	19,44
Eletrotécnica	258	217	84,11	184	84,79	33	15,21	32	9	0	41	15,89
Enfermagem	32	29	90,63	29	100,00	0	0,00	3	0	0	3	9,38
Geomensura	210	180	85,71	138	76,67	42	23,33	29	1	0	30	14,29
Informática	18	17	94,44	18	105,88	0	0,00	1	0	0	1	5,56
Mecânica Industrial	149	110	73,83	105	95,45	5	4,55	32	6	1	39	26,17
Meio Ambiente	46	36	78,26	34	94,44	2	5,56	5	5	0	10	21,74
Meteorologia	49	40	81,63	33	82,50	7	17,50	7	2	0	9	18,37
Saneamento	73	57	78,08	51	89,47	6	10,53	14	1	1	16	21,92
Segurança do Trabalho	96	80	83,33	73	91,25	7	8,75	12	4	0	16	16,67
Sistemas de Informação	52	36	69,23	36	100	0	0,00	14	2	0	16	30,77
Total Ensino Superior	816	730	89,46	661	90,55	68	9,32	60	25	1	86	10,54
Mecatrônica	154	142	92,21	107	75,35	35	24,65	9	3	0	12	7,79
Construção de Edifícios	72	62	86,11	62	100	0	0,00	5	5	0	10	13,89
Design de Produto	157	142	90,45	123	86,62	19	13,38	6	9	0	15	9,55
Sistemas de Energia	114	87	76,32	78	89,66	9	10,34	23	4	0	27	23,68
Gerenciamento de Obras	15	13	86,67	12	92,31	0	0,00	0	1	1	2	13,33
Tecnologia da Informação	67	67	100	65	97,01	2	2,99	0	0	0	0	0,00
Radiologia	69	65	94,20	62	95,38	3	4,62	4	0	0	4	5,80

Sistemas Eletrônicos	168	152	90,48	152	100,00	0	0,00	13	3	0	16	9,52
Total Pós Graduação	20	20	100	20	100,00	0	0,00	0	0	0	0	0,00
Desenvolv. de Prod. Eletrônicos	20	20	100	20	100,00	0	0,00	0	0	0	0	0,00

Rendimento Escolar Campus Florianópolis 2009-2												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial (1)	Final (2)	% Permanência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				alunos	%	alunos	%	Abandono	Trancamento	Transferência	Total	%
Total Campus	2965	2624	88,50	2275	86,70	356	13,57	224	96	19	339	11,43
Total Ensino Médio	48	33	68,75	32	96,97	1	3,03	14	0	1	15	31,25
Ens. Méd. Jovens e Adultos	36	24	66,67	24	100	0	0,00	12	0	0	12	33,33
Ens. Méd. Prof. Jovens e Adultos	12	9	75,00	8	88,89	1	11,11	2	0	1	3	25,00
Total Ensino Técnico	2103	1895	90,11	1626	85,80	276	14,56	138	54	16	208	9,89
Automobilística	80	73	91,25	57	78,08	16	21,92	1	6	0	7	8,75
Integrado - Eletrônica	130	129	99,23	108	83,72	21	16,28	1	0	0	1	0,77
Integrado - Edificações	200	196	98,00	165	84,18	31	15,82	3	1	0	4	2,00
Integrado - Eletrotécnica	221	210	95,02	170	80,95	40	19,05	2	0	9	11	4,98
Integrado - Saneamento	184	178	96,74	151	84,83	27	15,17	2	1	3	6	3,26
Integrado - Química	32	31	96,88	32	103,23	4	12,90	1	0	0	1	3,13
Integrado - Enfermagem EJA	60	54	90,00	48	88,89	6	11,11	4	2	0	6	10,00
Edificações	148	123	83,11	114	92,68	9	7,32	22	3	0	25	16,89
Eletrônica	115	98	85,22	69	70,41	29	29,59	17	0	0	17	14,78
Eletrotécnica	212	174	82,08	147	84,48	27	15,52	23	13	2	38	17,92
Enfermagem	19	17	89,47	17	100	0	0,00	0	2	0	2	10,53
Geomensura	201	186	92,54	170	91,40	18	9,68	10	4	1	15	7,46
Informática	44	43	97,73	35	81,40	8	18,60	1	0	0	1	2,27
Mecânica Industrial	153	128	83,66	120	93,75	8	6,25	18	7	0	25	16,34
Meio Ambiente	53	47	88,68	45	95,74	2	4,26	4	2	0	6	11,32
Meteorologia	57	47	82,46	39	82,98	8	17,02	10	0	0	10	17,54
Saneamento	79	74	93,67	62	83,78	12	16,22	3	1	1	5	6,33
Segurança do Trabalho	95	70	73,68	60	85,71	10	14,29	13	12	0	25	26,32
Sistemas de Informação	20	17	85,00	17	100	0	0,00	3	0	0	3	15,00

Total Ensino Tecnológico	774	666	86,05	587	88,14	79	11,86	64	42	2	108	13,95
Mecatrônica	172	142	82,56	99	69,72	43	30,28	25	5	0	30	17,44
Construção de Edifícios	74	68	91,89	68	100	0	0,00	0	6	0	6	8,11
Design de Produto	149	126	84,56	122	96,83	4	3,17	5	16	2	23	15,44
Sistemas de Energia	120	98	81,67	79	80,61	19	19,39	15	7	0	22	18,33
Gerenciamento de Obras	1	1	100,00	1	100	0	0,00	0	0	0	0	0,00
Tecnologia da Informação	64	60	93,75	47	78,33	13	21,67	1	3	0	4	6,25
Radiologia	56	54	96,43	54	100	0	0,00	1	1	0	2	3,57
Sistemas Eletrônicos	138	117	84,78	117	100	0	0,00	17	4	0	21	15,22
Total Pós Graduação	40	30	75,00	30	100	0	0,00	8	0	0	10	25,00
Desenvolv. de Prod. Eletrônicos	20	12	60,00	12	100	0	0,00	8	0	0	8	40,00
Mestrado em Mecatrônica	20	18	90,00	18	100	0	0,00	2	0	0	2	10,00

Tabela Ensino 10.d

Rendimento Escolar												
Campus Jaraguá do Sul 2009-1												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial (1)	Final (2)	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				alunos	%	alunos	%	Aban dono	Tranca mento	Transfe rência	Total	%
Total do Campus	713	576	81,00	538	93,00	38	7,00	112	25	0	137	19,00
Total do Ensino Técnico	644	519	81,00	489	94,00	30	6,00	100	25	0	125	19,00
Eletromecânica	15	12	80,00	12	100	0	0	2	1	0	3	20,00
Moda e Estilismo	79	63	80,00	51	81,00	12	19,00	14	2	0	16	20,00
Têxtil	196	149	76,00	145	97,00	4	3,00	36	11	0	47	24,00
Mecânica Industrial	185	154	83,00	147	96,00	7	4,00	23	8	0	31	17,00
Eletrotécnica	169	141	83,00	134	95,00	7	5,00	25	3	0	28	17,00
Total Ensino Superior	36	31	0,86	23	0,74	8	0	5	0	0	5	0,14
Licenc. Ciências da Natureza com hab. em física	36	31	86,00	23	74,00	8	0,00	5	0	0	5	14,00
Total Pós Graduação	33	26	0,79	26	1	0	0	7	0	0	7	0,21
Espec. PROEJA	33	26	79,00	26	100	0	0,00	7	0	0	7	21,00

Rendimento Escolar Campus Jaraguá do Sul 2009-2												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial (1)	Final (2)	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				alunos	%	alunos	%	Aban dono	Tranca mento	Transfe rência	Total	%
Total do Campus	795	659	83,00	626	95,00	33	5,00	101	33	2	136	17,00
Total do Ensino Técnico	702	590	84,00	566	96,00	24	4,00	81	29	2	112	16,00
Eletromecânica	5	5	100	5	100	0	0,00	0	0	0	0	0,00
Moda e Estilismo	58	42	72,00	40	95,00	2	5,00	11	5	0	16	28,00
Produção e Design de Moda	33	28	85,00	28	100	0	0,00	5	0	0	5	15,00
Têxtil	184	160	87,00	159	99,00	1	1,00	16	8	0	24	13,00
Mecânica Industrial	218	189	87,00	177	94,00	12	6,00	21	6	2	29	13,00
Eletrotécnica	204	166	81,00	157	95,00	9	5,00	28	10	0	38	19,00
Total Ensino Superior	67	44	66,00	35	80,00	9	20,00	19	4	0	23	34,00
Lic. Em Ciências da Natureza com hab. Em física	67	44	66,00	35	80,00	9	20,00	19	4	0	23	34,00
Total Pós-Graduação	26	25	96,00	25	100,00	0	0,00	1	0	0	1	4,00
Espec. PROEJA	26	25	96,00	25	100,00	0	0,00	1	0	0	1	4,00

Tabela Ensino 10.e

Rendimento Escolar Campus Joinville 2009-1												
Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial (1)	Final (2)	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				alunos	%	alunos	%	Aban dono	Tranca mento	Transfe rência	Total	%
Total do Campus	534	428	0,80	354	0,82	74	0,17	80	25	1	106	0,20
Total do Ensino Técnico	499	397	0,80	328	0,82	69	0,17	77	25	0	102	0,20
Eletroeletrônica	210	155	0,74	115	0,74	40	0,26	43	12	0	55	0,26
Enfermagem	95	86	0,91	82	0,95	4	0,05	6	3	0	9	0,09
Mecânica Industrial	194	156	0,80	131	0,83	25	0,16	28	10	0	38	0,20
Total da Pós-graduação	35	31	0,89	26	0,83	5	0,16	3	0	1	4	0,11
Educação Profissional na Modalidade EJA/PROEJA	35	31	0,89	26	0,83	5	0,16	3	0	1	4	0,11

Rendimento Escolar Campus Joinville 2009-2

Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial (1)	Final (2)	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				alunos	%	alunos	%	Aban dono	Tranca mento	Transf erência	Total	%
Total do Campus	645	532	0,82	440	0,83	92	0,17	79	31	3	113	0,18
Total do Ensino Técnico	534	428	0,80	353	0,82	75	0,18	72	31	3	106	0,20
Eletroeletrônica*	139	105	0,76	91	0,87	14	0,13	23	10	1	34	0,24
Eletroeletrônica**	84	63	0,75	40	0,63	23	0,37	21	0	0	21	0,25
Enfermagem	98	89	0,91	84	0,94	5	0,06	2	7	0	9	0,09
Mecânica Industrial	149	120	0,81	103	0,86	17	0,14	15	14	0	29	0,19
Mecânica	64	51	0,80	35	0,69	16	0,31	11	0	2	13	0,20
Total Ensino Sup. Tecnologia	80	79	0,99	62	0,78	17	0,22	1	0	0	1	0,01
Gestão Hospitalar	40	39	0,98	32	0,82	7	0,18	1	0	0	1	0,03
Mecatrônica Industrial	40	40	1,00	30	0,75	10	0,25	0	0	0	0	0,00
Total da Pós-graduação	31	25	0,81	25	1,00	0	0,00	6	0	0	6	0,19
Educação Profissional na Modalidade EJA/PROEJA	31	25	0,81	25	1,00	0	0,00	6	0	0	6	0,19

Tabela Ensino 10.f

* subsequente (pós-médio)

** concomitante

Rendimento Escolar Campus São José - 2009-1

Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial (1)	Final (2)	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				alunos	%	alunos	%	Abando no	Tranca mento	Transfe rência	Total	%
Total do Campus	1068	903	84,55	727	80,5	62	6,9	2	13	2	17	1,6
Total do Ensino Fundamental	21	21	100	20	95,2	0	0,0	0	0	0	0	0,0
EJA Bilíngüe – Informática Básica	21	21	100	20	95,2	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Total do Ensino Médio	396	378	95,45	335	88,6	9	2,4	0	1	2	3	0,8
Ensino Médio	368	354	96,20	316	89,3	4	1,1	0	1	2	3	0,8
Ensino Médio Bilíngüe	18	15	83,33	14	93,3	1	6,7	0	0	0	0	0,0
Ensino Médio Integrado – PROEJA em RAC	10	9	90,00	5	55,6	4	44,4	0	0	0	0	0,0
Total do Ensino Técnico	386	293	75,91	192	65,5	53	18,1	2	8	0	10	2,6
Refrigeração e Condicionamento de Ar	185	132	71,35	89	67,4	28	21,2	0	4	0	4	2,2
Telecomunicações – Redes de Computadores	133	101	75,94	68	67,3	16	15,8	2	4	0	6	4,5
Telecomunicações Telefonia	68	60	88,24	35	58,3	9	15,0	0	0	0	0	0,0
Total do Ensino Tecnológico	207	154	74,40	154	100,0	0	0,0	0	4	0	4	1,9
CST em Sistemas de Telecomunicações	207	154	74,40	154	100,0	0	0,0	0	4	0	4	1,9
Total da Pós- graduação	58	57	98,28	26	45,6	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Especialização em Tradutor e Intérprete LIBRAS	23	23	100	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Especialização em Educação Profissional EJA/PROEJA	35	34	97,14	26	76,5	0	0,0	0	0	0	0	0,0

Rendimento Escolar Campus São José 2009-2

Cursos	Matrícula			Desempenho								
	Inicial (1)	Final (2)	% Perma nência	Aprovados		Reprovados		Evasão				
				alunos	%	alunos	%	Abando no	Trancam ento	Transfe rência	Total	%
Total do Campus	1129	966	85,6	807	83,5	89	9,2	7	33	1	41	3,6
Total do Ensino Fundamental	20	20	100,0	18	90,0	2	10,0	0	0	0	0	0,0
EJA Bilíngüe – Informática Básica	20	20	100,0	18	90,0	2	10,0	0	0	0	0	0,0
Total do Ensino Médio	349	336	96,3	261	77,7	7	2,1	2	1	1	4	1,1
Ensino Médio	327	319	97,6	250	78,4	5	1,6	0	1	1	2	0,6
Ensino Médio Bilíngüe	15	12	80,0	7	58,3	1	8,3	0	0	0	0	0,0
Ensino Médio Integrado – PROEJA em RAC	7	5	71,4	4	80,0	1	20,0	2	0	0	2	28,6
Total do Ensino Técnico	453	364	80,4	266	73,1	70	19,2	5	20	0	25	5,5
RAC Integrado	33	30	90,9	20	66,7	10	33,3	0	0	0	0	0,0
Telecomunicações /Integrado	73	69	94,5	66	95,7	3	4,3	0	4	0	4	5,5
Refrigeração e Condicion. de Ar	170	145	85,3	92	63,4	46	31,7	5	6	0	11	6,5
Telecomunicações Redes de Computadores	87	62	71,3	43	69,4	5	8,1	0	8	0	8	9,2
Telecomunicações Telefonia	90	58	64,4	45	77,6	6	10,3	0	2	0	2	2,2
Total Tecnológico Graduação	258	223	86,4	213	95,5	10	4,5	0	12	0	12	4,7
CST em Sistemas de Telecomunicações	198	183	92,4	183	100,0	0	0,0	0	9	0	9	4,5
Licenciatura em Química	60	40	66,7	30	75,0	10	25,0	0	3	0	3	5,0
Total da Pós- graduação	49	49	100,0	49	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Especialização em Tradutor e Intérprete LIBRAS	23	23	100,0	23	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0
Especialização em Educ. Profissional EJA/PROEJA	26	26	100,0	26	100,0	0	0,0	0	0	0	0	0,0

Tabela Ensino 10.g

Anexo

Composição do Conselho Superior

Presidência do Conselho Superior

CONSELHEIRO	REPRESENTAÇÃO	ENDEREÇO	TELEFONE
Consuelo A. Sielski Santos	Reitora do IF-SC	Av. Mauro Ramos, 755 - Centro – 88020-301 consuelo@IF-SC.edu.br	3877.9000 / 9981-7416
Regina Rogério	Substituta legal	Av. Mauro Ramos, 755 - Centro – 88020-301 regina@IF-SC.edu.br	3877.9003 / 9960-1357

Representantes da sociedade civil

Antônio José Carradore	FIESC Titular	FIESC – Rodovia Admar Gonzaga, 2765 – Itacorubi – Florianópolis – SC carradore@sc.senai.br	3231-4136 c/ Mariana
Norberto Dias	FIESC Suplente	CIANET Indústria e Comércio S.A. – Rodovia SC 401 Km 01 – Ed. Alfama – 4º andar – Florianópolis – SC – CEP 88030-902 ndias@cianet.ind.br	2106-0101 – 8814-7367
Mauro César Finco	FCDL Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de SC Titular	Rua Rafael Bandeira, 41 - Centro – 88.015-450 – Florianópolis/SC vp.empresarial@fcdl-sc.org.br	(48) 3251.5100 e 3251.5300
Ademir Ruschel	FCDL Suplente	Rua Rafael Bandeira, 41 - Centro – 88.015-450 – Florianópolis/SC institucional@fcdl-sc.org.br	(48) 3251.5100 e 3251.5300
Tarcisio Schmitt	FHORESC Federação de Hotéis, Bares Restaurantes e Similares do Estado de SC Titular	Praça Olívio Amorin, 120 - Centro – 88020-090 – Florianópolis. tarcisio@shrbs.org.br shrbs@shrbs.org.br	(48) 3224.8422
Estanislau Emílio Bresolin	FHORESC Suplente	Praça Olívio Amorin, 120 - Centro – 88020-090 – Florianópolis. ebresolin@fhoresc.org.br	(48) 3224.8422
Ademir da Silva	FETRATUH	Travessa Olindina Alves Pereira, 07 – Centro – CEP: 88.020.100 - Florianópolis.	(48) 3952.0305
Anésio Schneider	FETRATUH Suplente	Travessa Olindina Alves Pereira, 07 – Centro – CEP: 88.020.100 - Florianópolis.	(48) 3952.0305

Representantes da sociedade civil

Marcos Dorval Schmitz	CONLUTAS Titular	Rua Rosa, nº 108, São Sebastião – CEP: 88138-010 – Palhoça/SC	3381 2878
César Pacheco Augusto	CONLUTAS Suplente	Rua Nunes Machado, 94 – Centro – CEP: 88010-460 – Florianópolis/SC.	-
Antônio Diomário de Queiroz	FAPESC Titular	Rod. SC 401, Km. 01 – módulo 12A – 5º andar Parque Tecnológico Alfa – Bairro João Paulo CEP: 88030-000 – Florianópolis/SC fapesc@fapesc-sc.gov.br	(48) 321512000
Miguel Pelandré Perez	FAPESC - Suplente	Rod. SC 401, Km. 01 – módulo 12A – 5º andar Parque Tecnológico Alfa – Bairro João Paulo, CEP: 88030-000 Florianópolis/SC fapesc@fapesc-sc.gov.br	(48) 3215 12000

Representantes dos Servidores Docentes do IF-SC

Golberi de Salvador Ferreira	DOCENTE IF-SC Titular	Av. Mauro Ramos, 950 - Centro – 88020-300 golberi@IF-SC.edu.br	(48) 3221 5000
Zízimo Moreira Filho	DOCENTE IF-SC Suplente	Av. Mauro Ramos, 950 - Centro – 88020-300 zizimo@IF-SC.edu.br	(48) 3221 5000

Ary Victorino da Silva Filho	DOCENTE IF-SC Titular	R. Pavão, 1337 – Costa e Silva – CEP: 89.220-200 – Joinville/SC aryvictorino@IF-SC.edu.br	(47) 3431-5601
Vanessa Luiza Tuono Jardim	DOCENTE IF-SC Suplente	R. Pavão, 1337 – Costa e Silva – CEP: 89.220-200 – Joinville/SC vanessal@IF-SC.edu.br	(47) 3431-5601

Representantes dos Servidores Administrativos do IF-SC

Neusa Maria Gentil Jorge	TAE IF-SC Titular	Av. Mauro Ramos, 950 - Centro – 88020-300 neusa@IF-SC.edu.br	(48) 32210526
Rogério Pereira	TAE IF-SC Suplente	Av. Mauro Ramos, 950 - Centro – 88020-300 rpereira@IF-SC.edu.br	(48) 32210500
Vanessa de Oliveira	TAE IF-SC Titular	Av. Getúlio Vargas, 830 – Centro – CEP 89.251-000 – Jaraguá do Sul voliveira@IF-SC.edu.br	(47) 3275-0911
Sidélia Suzan Marques	TAE IF-SC Suplente	Av. Getúlio Vargas, 830 – Centro – CEP 89.251-000 – Jaraguá do Sul suzanm@IF-SC.edu.br	(47) 3275-0911

Representantes do Colégio de Dirigentes / Diretores dos Campi

Paulo Roberto de Oliveira Bonifácio	DIRETOR-GERAL Titular	R. Pavão, 1337 – Costa e Silva – CEP: 89.220-200 – Joinville/SC pauloboni@IF-SC.edu.br	(47) 3431-5601
Daniela de C. Carrelas	DIRETOR-GERAL Suplente	R. 14 de Julho, 150 – Coqueiros – CEP: 88.075-010 – Florianópolis/SC carvalho@IF-SC.edu.br	(48) 3271 1400
Carlos Ernani da Veiga	DIRETOR-GERAL Titular	Av. Mauro Ramos, 950 - Centro – 88020-300 cveiga@IF-SC.edu.br	(48) 3221 0505
Rosemary Maffezzolli dos Reis	DIRETOR-GERAL Suplente	Av. Getúlio Vargas, 830 – Centro – CEP 89.251-000 – Jaraguá do Sul direcaojs@IF-SC.edu.br	(47) 3275-0911

Representantes dos Discentes do IF-SC

Victor A. Santos	DISCENTE IF-SC/ Sistemas eletrônicos Titular	Av. Mauro Ramos, 950 - Centro – 88020-300 victor.inboxfx@gmail.com	(48) 8411.9029
Thayná Mariano Costa	DISCENTE/IF-SC/ Mecatrônica Industrial Suplente/	Av. Mauro Ramos, 950 - Centro – 88020-300 tcmariano@gmail.com	(48)9619.0552
Filipe Henrique	DISCENTE IF-SC Titular	Rua Isabel Hubb, 57, Urussanguinha, Araranguá, CEP 88900-000	(48) 9923-4600 e 3522-1903
Felipe Recco	DISCENTE IF-SC Suplente	Rua Paulo Pitch Sobrinho, 444, Mato Alto, Araranguá, CEP 88900-000 felipe.recco@hotmail.com	(48)9937132 e 3524-5123

Representantes do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Cláudia Schiedeck Soares de Souza
Reitora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Representante - Titular

Alexandre Vidor
Coordenador de Supervisão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - Suplente